Yasuda Marítima Seguros S.A.

CNPJ nº 61.383.493/0001-80

Relatório do Conselho de Administração

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras da Yasuda Marítima Seguros S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

I. Perfil

A Yasuda Marítima Seguros S.A. (antiga Marítima Seguros S.A. após incorporar a Yasuda Seguros S.A.) com mais de 70 anos da data de sua fundação, destaca-se como uma das líderes do mercado na área de Seguros juntamente com a sua subsidiária integral, Yasuda Marítima Saúde Seguros S.A., com atuação nos segmentos de automóvel, riscos patrimoniais, pessoas e saúde.

A Companhia possui um "mix" diversificado em sua carteira de produtos, que é originada principalmente através de seu principal canal de distribuição, contando com cerca de 18 mil corretores ativos. Essa carteira encontra-se estrategicamente distribuída nas principais cidades do país, que concentram grande parte do PIB brasileiro, ou seja, região com maior potencial econômico para o mercado segurador.

II. Planejamento Estratégico

O mercado de seguros Brasileiro continua sendo um dos mais promissores do mundo em termos de crescimento e potencial de rentabilidade. Para continuar destacando-se nesse mercado cada dia mais competitivo, a Yasuda Marítima Seguros, orientada pelos direcionadores estratégicos da Sompo Holdings, revisou sua Missão, Visão de Futuro, Cultura Organizacional e seus Valores. Desta forma a Companhia perseguirá as seguintes prioridades estratégicas durante os próximos anos:

• Ser a seguradora preferida na escolha dos clientes, com crescimento sustentável;
• Aumentar participação de mercado;
• Maximizar rentabilidade;
• Se tornar uma das melhores empresas para se trabalhar.

Esses objetivos serão alcançados com o compromisso da Yasuda Marítima Seguros em **gerar bem estar e proteção** à sociedade provendo serviços da mais alta qualidade.

Em 2015 a Yasuda Marítima Seguros concluiu o projeto de integração de suas operações, cuja finalidade principal é promover a maximização de resultados a partir da sinergia de suas áreas de negócio, comercial e *backoffice*, bem como de suas tecnologias e produtos. Além disso, o projeto integração continuará contribuído para que a Companhia viabilize os projetos de seu Planejamento Estratégico.

III. Governança Corporativa

A Yasuda Marítima Seguros continua desenvolvendo esforços no sentido de fortalecer cada vez mais a sua Governança Corporativa. Para garantir a eficácia em seus processos a Companhia conta com uma estrutura que vem sendo aprimorada, destacando-se como principais ações:

(i) O fortalecimento de uma estrutura de Controles Internos, *Compliance* e Gestão de Riscos; (ii) Auditoria Interna com o objetivo principal de efetuar testes de aderência dos controles internos mapeados; (iii) Manutenção de vários comitês visando o aprimoramento e realizações de estudos internos para apoiar a tomada de decisões de forma conjunta, bem como, formalizar as práticas de governança e o acompanhamento dos resultados.

Ouvidoria: Com mais de 9 anos de existência, a Ouvidoria na Yasuda Marítima Seguros tornou-se um importante canal de comunicação onde os segurados e corretores podem manifestar suas opiniões e críticas sobre produtos e serviços, contribuindo assim as áreas para melhoria e o aperfeiçoamento de processos internos e aprimorando o atendimento da Companhia. Visa atender as dúvidas, reclamações e ser mediadora dos conflitos entre consumidor e/ou segurado e a Companhia, propondo recomendações para mitigar novos conflitos.

Código de Ética: O Código de Ética da Companhia norteia suas atividades coibindo as práticas desleais e abusos de poder nas relações de consumo a fim de fortalecer as relações de confiança, honestidade e respeito. A Companhia mantêm atividades para disseminação, treinamentos, verificação e confirmação do entendimento, comprometimento e cumprimento aos preceitos do Código de Ética pelos seus colaboradores.

Canal de Denúncias: Os Canais de Denúncia da Yasuda Marítima Seguros S.A., têm como objetivo receber denúncias anônimas, relacionadas à violação ao Código de Ética, operações suspeitas de fraude e dos crimes de lavagem de dinheiro, além de informações acerca de eventual descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia. Os Canais de Denúncia estão disponíveis a todos os colaboradores, segurados, prestadores de serviços, terceiros, corretores de seguros e outros interessados. A denúncia pode ser realizada através de telefone (*0800153156*), *intranet* e *internet* ou por *email* (*fraude@yasudamaritima.com.br*), sendo garantido o anonimato ao denunciante.

IV. Desempenho Econômico

Os Prêmios de Seguros da Companhia no ano de 2015, apresentaram redução de 9,1% em relação ao mesmo período de 2014, reflexo, principalmente, das ações para melhoria na subscrição que focaram melhorar a rentabilidade da operação.

A expectativa de crescimento do setor continua acima do PIB, que em 2015, com o país em recessão, deverá ter uma redução em torno de 4,00%. A seguir demonstramos os principais indicadores econômicos da Yasuda Marítima Seguros:

Prêmios de Seguros: A Yasuda Marítima Seguros apresenta queda de 9,1% em prêmios de seguros no ano de 2015, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho decorre, principalmente, da redução em prêmios de seguros nas classes de negócios Automóvel (18,8%), RE Massificados (7,9%) parcialmente compensado pelo crescimento nas classes de negócio RE Corporativo (14,5%), Transporte (14,6%) e Pessoas (21,5%) conforme tabela a seguir:

Prêmios Retidos por Segmento

(Em R$ milhões)	2015	%	2014(*)	%	Variação %
Automóvel	878,2	41,2	1.080,8	46,2	(18,8)
RE Massificados	707,3	33,2	768,0	32,7	(7,9)
RE Corporativos	116,7	5,4	101,9	4,3	14,5
Transportes	164,1	7,7	143,2	6,1	14,6
Pessoas	174,4	8,2	143,5	6,1	21,5
DPVAT	92,8	4,3	108,4	4,6	(14,4)
Consolidado	2.133,5	100,0	2.345,8	100,0	(9,1)

Evolução das Provisões Técnicas de Seguros e Resseguros

(Em R$ milhões)	2015	%	2014	%	Variação %
Provisão de Prêmios	927,3	57,6	988,3	57,1	(6,2)
Provisão de Sinistros	683,2	42,4	742,4	42,9	(8,0)
Total	1.610,5	100,0	1.730,7	100,00	(7,0)

(*) No demonstrativo acima, em 2014, foram considerados 12 meses da antiga Seguradora Marítima e 12 meses da antiga Seguradora Yasuda, para fins de comparabilidade com o ano de 2015.

Lucro líquido: A Companhia encerrou o ano de 2015 com lucro de R$ 68,7 milhões, aumento de R$ 51,4 milhões em comparação ao mesmo período no ano anterior, resultado das ações para melhorias nos processos de subscrição e aceitação.

Índice combinado: Percentual obtido pelo total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, outras despesas e receitas operacionais, despesas com tributos e despesas administrativas sobre os prêmios ganhos, apresentou melhora de 2,4 pontos percentuais, passando de 107,1% em dezembro de 2014 para 104,8% em dezembro de 2015.

Dividendos: O Estatuto Social da Companhia prevê a compensação dos prejuízos acumulados como condição primária na destinação do lucro líquido para a constituição da reserva legal, distribuição de dividendos obrigatórios e constituição da reserva estatutária. Também prevê a destinação da reserva estatutária para a amortização de eventuais prejuízos, desde que, deliberada por Assembleia Geral ou Conselho de Administração.

V. Recursos Humanos

A Companhia encerrou o ano de 2015 com 1.644 funcionários na Yasuda Marítima Seguros.

Desenvolvimento de Pessoas: Através de 412 treinamentos, com 8.032 participações, a Companhia investiu na capacitação de seus colaboradores no ano de 2015.

Treinamento a Corretores: Com a finalidade de manter a proximidade com nossos corretores de seguros e potencializar a produção de novos negócios, a empresa também investe significativamente em treinamento para este público. No ano de 2015 houve um total de 391 treinamentos, com participação de 6.151 corretores independentes em treinamentos nos ramos de Automóvel, Ramos Elementares, Vida e técnicas de vendas.

Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas pela confiança nos negócios, aos segurados e corretores que nos honram pela sua preferência, aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo e as autoridades ligadas às nossas atividades, em especial à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela renovada confiança em nós depositada.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2016

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Ativo			
Circulante		1.716.316	1.357.345
Disponível		25.025	19.701
Caixas e bancos		25.025	19.701
Aplicações	4	611.872	306.434
Créditos das operações com seguros e resseguros	5	672.387	560.423
Prêmios a receber	5.1	570.309	508.292
Operações com seguradoras		16.407	21.300
Operações com resseguradoras	6	48.511	20.273
Outros créditos operacionais		37.160	10.558
Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	6	148.542	189.524
Títulos e créditos a receber		23.833	22.065
Títulos e créditos a receber		8.070	8.561
Créditos tributários e previdenciários	7	11.656	10.468
Outros créditos operacionais		4.107	3.036
Outros créditos		4.107	3.036
Outros valores e bens		16.049	25.921
Bens à venda	8	13.125	25.921
Outros valores		2.924	–
Despesas antecipadas		27.732	13.293
Custos de aquisição diferidos	9	190.876	219.984
Ativo não circulante		1.522.514	1.896.966
Realizável a longo prazo		981.049	1.394.668
Aplicações	4	615.386	1.065.634
Créditos das operações com seguros e resseguros	5	117	–
Prêmios a receber		117	–
Ativos de resseguro - Provisões técnicas	6	62.482	50.893
Títulos e créditos a receber		291.189	273.778
Créditos tributários e previdenciários	7	106.162	106.662
Depósitos judiciais e fiscais	10	185.027	167.116
Empréstimos e depósitos compulsórios		105	106
Custos de aquisição diferidos	9	11.770	4.257
Seguros		11.770	4.257
Investimentos	11	200.570	201.514
Participações societárias		200.557	201.501
Outros investimentos		13	13
Imobilizado	12	77.405	79.560
Imóveis de uso próprio		53.818	59.413
Bens móveis		19.651	18.467
Outras imobilizações		3.936	1.680
Intangível	13	263.490	221.224
Outros intangíveis		263.490	221.224
Total do Ativo		**3.238.830**	**3.254.311**

	Nota	2015	2014
Passivo			
Circulante		1.719.990	1.822.877
Contas a pagar		112.976	107.262
Obrigações a pagar	14	51.158	50.910
Impostos e encargos sociais a recolher	15	47.061	41.026
Encargos trabalhistas	14	13.945	14.066
Empréstimos e financiamentos	16	57	1.199
Outras contas a pagar	15	755	61
Débito das operações com seguros e resseguros		242.174	213.950
Prêmios a restituir		3.490	2.881
Operações com seguradoras		12.811	18.749
Operações com resseguradoras	18	112.499	105.015
Corretores de seguros e resseguros		112.946	87.014
Outros débitos operacionais		428	291
Depósitos de terceiros	19	23.658	17.377
Provisões técnicas - Seguros	17	1.341.182	1.484.288
Danos		1.265.573	1.415.916
Pessoas		64.680	57.064
Vida individual		10.929	11.308
Passivo não circulante		443.764	411.919
Contas a pagar		16.229	4.781
Obrigações a pagar	14	16.229	3.883
Empréstimos e financiamentos	16	–	898
Provisões técnicas - Seguros	17	269.345	246.547
Danos		245.973	226.013
Pessoas		20.965	18.325
Vida		2.407	2.209
Outros débitos	20	158.190	160.591
Provisões judiciais		158.190	160.591
Patrimônio líquido	21	1.075.076	1.019.515
Capital social		950.246	939.909
Aumento de Capital (em aprovação)		–	10.337
Custo de transação		(7.256)	(7.256)
Reservas de capital		14	14
Reservas de lucro		134.239	76.739
Reservas de reavaliação		–	1.273
Ajustes de avaliação patrimonial		(2.167)	(1.492)
(–) Ações em tesouraria		–	(9)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**3.238.830**	**3.254.311**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados
Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2015	2014
Prêmios emitidos líquidos	22.1	2.133.704	2.103.313
Variação das provisões técnicas	22.2	61.605	(112.420)
Prêmios ganhos	22.3	**2.195.309**	**1.990.893**
Receita com emissão de apólices	22.4	5.373	4.608
Sinistros ocorridos	22.5	(1.216.978)	(1.212.846)
Custo de aquisição	22.6	(525.314)	(492.352)
Outras receitas e despesas operacionais	22.7	(48.980)	(40.257)
Resultado com resseguro	22.8	(92.027)	(12.488)
Receita com resseguro		54.233	95.438
Despesa com resseguro		(146.260)	(107.926)
Despesas administrativas	22.9	(361.721)	(315.673)
Despesas com tributos	22.10	(53.882)	(47.192)
Resultado financeiro	22.11	178.686	135.423
Resultado patrimonial	22.12	943	11.308
Resultado operacional		**81.409**	**21.424**
Ganhos e perdas com ativos não correntes	22.13	2.019	93
Resultado antes dos impostos e participações		**83.428**	**21.517**
Imposto de renda	23	(8.396)	2.033
Contribuição social	23	3.146	996
Participações sobre o resultado		(9.445)	(2.219)
Lucro líquido do exercício		**68.733**	**22.327**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	**68.733**	**22.327**
Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	(1.427)	(2.011)
Imposto de renda e contribuição social	753	804
	(674)	(1.207)
Realização da reserva de reavaliação	(2.314)	(485)
Imposto de renda e contribuição social	1.041	194
	(1.273)	(291)
Perdas atuarias - previdência privada	–	(2.772)
Imposto de renda e contribuição social	–	1.108
	–	(1.664)
Resultados abrangentes total	**66.786**	**19.165**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

continuação

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de capital	Reservas de lucros	Reservas de reavaliação	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Custos de transação	Ações em tesouraria	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**385.499**	**110.000**	**14**	**66.303**	**1.563**	**(286)**	**–**	**(7.256)**	**–**	**555.837**
Aumento de capital - portaria SUSEP em 31/03/2014	110.000	(110.000)	–	–	–	–	–	–	–	–
Aumento de capital - portaria SUSEP em 20/10/2014	444.410	–	–	–	–	–	–	–	–	444.410
Aumento de capital em aprovação - RCA 22/12/2014	–	10.337	–	–	–	–	–	–	–	10.337
Ajuste equalização incorporação	–	–	–	(17.324)	–	–	–	–	–	(17.324)
Variação patrimonial Incorporação Yasuda Seguros S/A	–	–	–	11.915	–	–	–	–	–	11.915
Realização da reserva de reavaliação	–	–	–	–	(290)	–	485	–	–	195
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	–	(1.206)	–	–	–	(1.206)
Resultado líquido no período	–	–	–	–	–	–	22.327	–	–	22.327
Ajuste de limite PrevYasuda	–	–	–	–	–	–	(1.664)	–	–	(1.664)
Proposta para distribuição do resultado										
Reserva legal	–	–	–	1.116	–	–	(1.116)	–	–	–
Reserva estatutária	–	–	–	14.729	–	–	(14.729)	–	–	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	–	(5.303)	–	–	(5.303)
(–) Ações em tesouraria	–	–	–	–	–	–	–	–	(9)	(9)
Saldos em 31 de dezembro 2014	**939.909**	**10.337**	**14**	**76.739**	**1.273**	**(1.492)**	**–**	**(7.256)**	**(9)**	**1.019.515**
Aumento de capital portaria SUSEP nº 176, DE 26/05/2015	10.337	(10.337)	–	–	–	–	–	–	–	–
Reversão da reserva de reavaliação	–	–	–	–	(1.273)	–	–	–	–	(1.273)
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	–	(675)	–	–	–	(675)
Ações em tesouraria	–	–	–	(9)	–	–	–	–	9	–
Dividendos - AGO 18/03/2015	–	–	–	5.303	–	–	–	–	–	5.303
Resultado líquido no período	–	–	–	–	–	–	68.733	–	–	68.733
Proposta para distribuição do resultado										
Ganhos/Perdas atuariais (majoração 5% CSLL)	–	–	–	–	–	–	(266)	–	–	(266)
Reserva legal	–	–	–	3.423	–	–	(3.423)	–	–	–
Reserva estatutária	–	–	–	48.783	–	–	(48.783)	–	–	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	–	(1.261)	–	–	(1.261)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	–	(15.000)	–	–	(15.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**950.246**	**–**	**14**	**134.239**	**–**	**(2.167)**	**–**	**(7.256)**	**–**	**1.075.076**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	**68.733**	**22.327**
Ajustes para:		
Depreciação	11.352	8.629
Amortização	14.544	10.942
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	4.917	3.574
Variação no valor justo de propriedades para investimento	–	(174)
Resultado de equivalência patrimonial	(5.268)	(4.892)
Realização da reserva de reavaliação	(1.273)	194
Ganhos/Perdas atuariais com impostos (majoração 5% CSLL)	(266)	(1.207)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(675)	(1.664)
Lucro líquido ajustado	**92.064**	**37.729**
Variações nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	144.810	(428.136)
Créditos das operações de seguro e resseguro	(116.997)	(211.493)
Ativos de resseguro	29.393	(146.603)
Títulos e créditos a receber	(197)	(19.848)
Outros valores e bens	9.872	(11.095)
Despesas antecipadas	(14.439)	(12.431)
Outros créditos operacionais	(1.070)	(1.448)
Custos de aquisição diferidos	21.595	(62.301)
Depósitos judiciais e fiscais	(17.911)	(42.299)
Obrigações a pagar	18.715	8.579
Encargos trabalhistas	(121)	4.321
Empréstimos e financiamentos	(2.040)	(1.657)
Impostos e encargos sociais a recolher	6.035	8.666
Outras contas a pagar	694	(301)
Débitos de operações com seguro e resseguro	28.224	117.906
Depósito de terceiros	6.280	(2.279)
Provisões técnicas- Seguros e resseguros	(120.308)	624.963
Provisões judiciais	(2.402)	29.811
Ajuste dos títulos e valores mobiliários - Controlada	11	(173)
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	**83.412**	**(108.090)**
Impostos sobre o lucro pagos		
Caixa líquido gerado pelas operacionais	**83.412**	**(108.090)**
Atividades de investimento		
Aquisição de investimentos	–	(19.614)
Investimentos incorporados	–	(55.086)
Aquisição de imobilizado	(10.434)	(20.000)
Imobilizados incorporados	–	(56.810)
Aquisição de intangíveis	(61.328)	(27.579)
Bens intangíveis incorporados	–	(168.744)
Baixas de imobilizado	1.237	4.731
Baixa de intangível	4.518	305
Dividendos capitalizados	(1.131)	7.826
Dividendos a receber	1.204	1.131
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento	**(67.138)**	**(333.840)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	–	454.747
Ágio na aquisição de minoritários	(1)	(17.324)
Variação patrimonial na incorporação da Yasuda Seguros	–	11.915
Dividendos capitalizados	5.303	–
Dividendos propostos	(1.261)	(5.303)
Juros sobre capital próprio	(15.000)	–
Ações em tesouraria	9	(9)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(10.950)**	**444.026**
Aumento líquido de caixas e bancos	**5.324**	**2.095**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**19.701**	**17.606**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**25.025**	**19.701**
Aumento líquido de caixas e bancos	**5.324**	**2.095**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: A Yasuda Marítima Seguros S.A., doravante referida, também como "Companhia" ou "Seguradora", tem por objeto as operações de seguros e Cosseguro de danos e pessoas, bem como a participação em outras sociedades. A Companhia é controladora da Yasuda Marítima Saúde Seguros S.A., que tem por objeto social a exploração das operações de seguro saúde, tendo sido constituída nos termos da Lei nº 10.185 de 12 de fevereiro de 2001. É controladora também da Vistomar Serviços de Vistoria Ltda., que tem por objeto social a exploração de serviços de vistoria e regulação de sinistros. Em 02 de junho de 2014, reunidos em assembleias gerais extraordinárias, os acionistas da Yasuda Seguros S.A. e da Marítima Seguros S.A., deliberaram pela incorporação das atividades da Yasuda Seguros S.A. pela Marítima Seguros S.A. e alteração da denominação social da Marítima Seguros S.A. para Yasuda Marítima Seguros S.A. Após a incorporação, a Sompo Japan Nipponkoa Insurance, Inc., atual denominação da Sompo Japan Insurance, Inc., controladora da Yasuda Marítima Seguros S.A., passou a deter 99,831% do capital social, representada por 99,853% das ações ordinárias. Em 02 de outubro de 2014, a SUSEP aprovou o processo de incorporação por meio da portaria SUSEP nº 6.045. A empresa resultante da incorporação denomina-se Yasuda Marítima Seguros S.A. A Companhia, com sede na Rua Cubatão, nº 320 - São Paulo, e sua subsidiária integral Yasuda Marítima Saúde Seguros S.A., são empresas de capital fechado. **2. Base de elaboração e apresentação:** ***2.1*** As demonstrações financeiras da Seguradora foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelas entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2015 está sendo apresentado comparativamente com o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014. A comparabilidade dos saldos e valores apresentados deve levar em consideração os efeitos da incorporação das Yasuda Seguros S.A. em 02 de junho de 2014, conforme mencionado na nota 1. Essas demonstrações financeiras, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2016 que autorizou sua divulgação. Na elaboração das demonstrações financeiras, foram adotados os seguintes critérios para refletir os efeitos da incorporação da Yasuda Seguros S.A. pela Marítima Seguros S.A. em 2014: (i) os saldos dos ativos e passivos da Yasuda Seguros S.A. existentes na data da incorporação, em 02 de junho de 2014, foram incorporados aos saldos da Marítima Seguros S.A. nas respectivas contas contábeis; (ii) o aumento de capital, resultante da incorporação, está suportado por laudo técnico de avaliação do patrimônio líquido da Yasuda Seguros S.A. com data-base de 31 de dezembro de 2013, elaborado por empresa especializada; (iii) as mutações do patrimônio líquido da Yasuda Seguros S.A. ocorridas entre 31 de dezembro de 2013 e a data da incorporação, foram incorporadas ao patrimônio líquido da Marítima Seguros S.A. como reserva de lucros; (iv) o ágio e efeitos tributários resultantes das aquisições de participações de capital na Marítima Seguros S.A. pela Yasuda Seguros S.A. ocorridas em 2009 e 2013 foram alocados aos ativos e passivos de acordo com a natureza e com base em laudo emitido por empresa especializada; (v) a movimentação do período das contas de resultado da Yasuda Seguros S.A. existentes na data da incorporação, em 02 de junho de 2014, foram incorporadas ao patrimônio líquido da Marítima Seguros S.A. como reserva de lucros; (vi) informações sobre movimentações constantes das notas explicativas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, oriundas da Yasuda Seguros S.A. são apresentadas de forma agregada como "incorporação". Abaixo seguem os saldos em 02 de junho de 2014 da Yasuda Seguros incorporados na Marítima Seguros:

Ativo	**2014**	**Passivo**	**2014**
Disponível	4.879	Contas a pagar	84.798
Aplicações	383.652	Débito das operações com seguros e resseguros	73.603
Créditos das operações com seguros e resseguros	166.031	Depósitos de terceiros	5.265
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	65.060	Provisões técnicas - Seguros	447.119
Títulos e créditos a receber	103.553	Outros débitos	20.588
Empréstimos e depósitos compulsórios	105	**Patrimônio líquido**	**439.001**
Outros valores e bens	8.895		
Despesas antecipadas	17.452		
Custos de aquisição diferidos	40.107		
Investimentos	56.810		
Imobilizado	55.086		
Intangível	168.744		
Total do Ativo	**1.070.374**	**Total do Passivo e do Patrimônio Líquido**	**1.070.374**

2.2 Base para mensuração: Os ativos e passivos estão avaliados, nas demonstrações financeiras pelo custo histórico, com exceção: • De certos ativos financeiros e bens a venda que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • De certos ativos financeiros, classificados como "disponíveis para venda" mensurados pelo valor justo em contrapartida do patrimônio líquido. • Das provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações do CNSP e da SUSEP. • De provisões judiciais, reconhecidas com base em estimativa conforme descrita na nota 3.15. ***2.3 Moeda funcional e de apresentação:*** A moeda funcional da Companhia é o Real. Exceto quando indicado, as informações estão apresentadas em milhares de reais (R$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo. ***2.4 Uso de estimativas e julgamentos:*** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos quanto a cenários futuros e estabeleça premissas e pressupostos para a determinação de estimativas que servem de base para o estabelecimento dos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas 3 e as listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro. • Nota 4 - Aplicações; • Nota 5 - Créditos das operações com seguros e resseguros; • Nota 7 - Créditos tributários e previdenciários; • Nota 8 - Bens à venda; • Nota 17 - Provisões técnicas; • Nota 20 - Provisões judiciais. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. ***3.1 Caixa e equivalentes de caixa:*** Caixa e equivalência de caixa são recursos financeiros disponíveis em caixa ou em depósitos bancários com liquidez imediata. Esta disponibilidade tem como principal função, atender às necessidades de curtíssimo prazo, ou seja, necessidades com prazos inferiores a 1 mês (30 dias). ***3.2 Ativos financeiros:*** Um ativo financeiro é classificado no momento do reconhecimento inicial de acordo com as seguintes categorias: • Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros mantidos até o vencimento; • Ativos financeiros disponíveis para a venda; e • Empréstimos e recebíveis. ***3.3 Política contábil de reconhecimento e mensuração:*** A Administração, tomando por base as diretrizes de sua política de investimentos financeiros, determina a classificação dos ativos financeiros na data de aquisição, considerando a sua estratégia de investimentos, que leva em consideração o gerenciamento dos fluxos de caixa de curto e longo prazo. Os ativos financeiros são classificados de forma a refletir esse gerenciamento, conforme os seguintes critérios: **i.** ***Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:*** Os ativos financeiros designados nesta categoria são reconhecidos pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. **ii.** ***Ativos financeiros mantidos até o vencimento:*** Os ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento, caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento. A Companhia não possuía nenhum ativo financeiro classificado nessa categoria em 31 dezembro de 2015 e 2014. **iii.** ***Ativos financeiros disponíveis para a venda:*** Os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos pelo seu valor justo. Os efeitos da variação do valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados dentro do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Quando um investimento classificado nessa categoria é negociado, os ganhos e perdas não realizados registrados no patrimônio líquido são apropriados para o resultado do exercício. Um declínio significativo ou uma perda por um período prolongado no valor justo dos ativos financeiros classificados nessa categoria é transferido do resultado abrangente para o resultado do exercício. **iv.** ***Empréstimos e recebíveis:*** Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto a resseguradores e cosseguradoras. ***3.3.1 Determinação do valor justo:*** Para apuração do valor justo dos ativos financeiros a Companhia adota a seguinte prática: **i.** ***Títulos privados (exceto quotas de fundos de investimentos):*** O valor justo é calculado através de metodologia que considera as taxas de juros, as características e garantias dos papéis e o risco de crédito associado ao emitente, conforme descrito abaixo: • Para os Certificado de Depósito Bancário (CDB's) pós-fixados e Letras Financeiras (LF´s) cuja rentabilidade é estabelecida tendo como parâmetro as variações nas taxas dos certificados de depósitos interbancários (CDI), além dos componentes principais descritos acima, a precificação considera também as características de resgate, que podem ser com ou sem liquidez e possíveis variações entre o valor de custo atualizado e o preço justo praticado no momento da venda; • Para os CDB's com cláusula que permite o resgate antecipado e uma taxa determinada, utiliza-se a taxa da operação. • Para as Letras Financeiras com rendimento pós-fixado indexado a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo a precificação considera três componentes principais: (i) Variação do índice IPCA, (ii) taxa fixa contratada e (iii) o valor justo na data da negociação. **ii.** ***Títulos públicos:*** O valor justo é calculado com base nos preços unitários do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). **iii.** ***Quotas de fundos de investimentos:*** O valor unitário da quota dos fundos de investimento não exclusivos, é determinado pela instituição financeira administradora e considera a valorização dos títulos mobiliários que compõem a carteira pelo valor de mercado, em consonância com a regulamentação aplicável. ***3.4 Ativos e passivos de resseguros:*** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma bruta, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Companhia de honrar suas obrigações perante aos segurados. Os passivos são compostos basicamente por prêmios de resseguros cedidos, líquidos de comissões incorridas na operação, e os ativos representam valores a receber ou a recuperar dos resseguradores em função de ocorrências de eventos abrangidos pelos contratos entre as partes. Compreendem ainda, os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou. O montante de prêmios é reconhecido inicialmente pelo valor contratual e ajustado conforme o período de exposição do risco que foi contratado. ***3.5 Bens à venda - (Salvados):*** Alguns contratos de seguro transferem à Companhia direito sobre determinados ativos danificados, decorrentes de um evento de sinistro, cujo segurado foi ou será indenizado. Tais ativos são denominados salvados. Esses ativos são avaliados ao valor justo, deduzido de custos diretamente relacionados à venda e apresentados no ativo circulante. O valor justo é determinado conforme estimativa de venda histórica com referência da tabela FIPE, deduzido dos custos estimados para a efetivação da venda dos bens. Mensalmente é reconhecida provisão para desvalorização dos salvados à razão de 1/12 avos. Essa desvalorização é reconhecida como provisão para perda do valor recuperável em contrapartida do resultado. A Companhia também reconhece mensalmente no passivo, como redutora da provisão de sinistros a liquidar, estimativa de Salvados a recuperar, em conexão com os sinistros decorrentes de perda total, incêndio, roubo e furto aplicáveis aos sinistros avisados e ainda não indenizados. O critério de cálculo dessa estimativa se baseia na experiência histórica de recuperações efetivamente realizadas em relação à PSL (Provisão de Sinistros a Liquidar). ***3.6 Investimentos:*** Os investimentos mantidos nas controladas Yasuda Marítima Saúde Seguros S.A. e Vistomar Serviços de Vistorias Ltda., são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. ***3.7 Imobilizado:*** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados para a condução dos negócios, incluindo ativos objetos de contratos de arrendamento mercantil que tenham sido registrados neste grupo em função da classificação como "arredamento mercantil financeiro". O imobilizado de uso próprio é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. *Softwares* de informática adquiridos que sejam parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Estes custos são amortizados à taxa de 20% ao ano. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período dentro do grupo "Ganhos e perdas com ativos não correntes". Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado. A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada dos ativos. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes: • Imóveis: de 25 a 70 anos. • Móveis, utensílios, máquinas e equipamentos: 10 anos. • Equipamentos de informática e veículos: 5 anos. ***3.8 Intangível:*** *Software*: Os custos que são diretamente associados com o desenvolvimento interno de *softwares* ou sistemas de informática cujo produto final seja tecnicamente viável e que irá gerar benefícios econômicos futuros são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos de desenvolvimento incluem custos de pessoal de informática, custos de empréstimos obtidos junto a agentes financiadores e custos pagos a terceiros, incrementais, para tal desenvolvimento. Os custos com planejamento, definição de hardware, especificações de *software*, análise de alternativas e fornecedores, estudos de viabilidade, treinamentos e testes em fase pré-operacional são reconhecidos como despesa quando incorridos. Os ativos intangíveis são amortizados pela vida útil estimada, que varia entre 3 a 7 anos, a partir da data em que o sistema entra em operação. (Vide Nota Explicativa 13) *Marca e Ágio:* O ágio apurado na aquisição pela Yasuda Seguros S.A., de participações acionárias na Marítima Seguros, foi registrado na data de incorporação (Veja nota 1) como ativos intangíveis na Companhia. O valor atribuído a Marca e ao Ágio, foi estabelecido de acordo com laudo técnico emitido por empresa especializada, considerando sua formação. Os valores não são passíveis de amortização e são testados anualmente por *impairment.* (Vide Nota Explicativa 13.1) ***3.9 Recuperabilidade de ativos financeiros:*** A Companhia avalia no mínimo a cada data de balanço se há evidência objetiva de perda ou desvalorização nos ativos financeiros. Para os ativos

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

classificados como disponíveis para a venda, a perda mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor na data-base, menos quaisquer perdas registradas previamente, é removida do patrimônio líquido e reconhecida no resultado. Para prêmios a receber é reconhecida uma provisão para redução ao valor recuperável, calculada de forma coletiva com base em estudo técnico que considera, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber. ***3.10 Recuperabilidade de ativos não financeiros:*** Ativos sujeitos a depreciação ou amortização, são avaliados para recuperabilidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante no qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. Uma provisão para redução ao valor recuperável dos ativos por contrato de resseguro é constituída quando houver evidências objetivas e de acordo com as análises operacionais de que os valores acima de 180 dias possam não ser recebidos e o valor correspondente da perda possa ser mensurado de forma confiável. A análise de recuperabilidade é realizada no mínimo a cada data de balanço de forma individualizada. ***3.11 Provisões técnicas: 3.11.1 Definições:*** Provisões Técnicas: São valores estimados e contabilizados mensalmente, para fazer face ao pagamento de sinistros, benefícios e despesas relacionadas. NTA (nota técnica atuarial): Documento que apresenta os parâmetros utilizados, a formulação de cálculo dos prêmios do respectivo seguro e menciona a necessidade ou não de constituição de provisão. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às seguradoras autorizadas a funcionar pela SUSEP, de acordo com as determinações da Circular SUSEP 462/2013 e suas alterações posteriores, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA) enviadas a SUSEP. **i.** A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída para a cobertura dos valores a pagar, relativos a sinistros e despesas a ocorrer e é calculada pela proporcionalidade existente entre os dias que faltam para terminar a vigência e o total de dias de vigência da apólice, multiplicado pelo valor do prêmio; **ii.** A Provisão de Prêmios Não Ganhos para os Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE) é constituída para complementação da PPNG e corresponde aos prêmios estimados para os riscos vigentes, cujas apólices ainda não foram emitidas. O cálculo é baseado principalmente na verificação do tempo médio para emissão de uma apólice, de acordo com a base histórica da companhia; **iii.** A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência das provisões técnicas, demonstrada pelo Teste de Adequação de Passivos, disposto na legislação vigente; **iv.** A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída para pagamento dos sinistros ocorridos e avisados na Seguradora e permanecem até a liquidação, calculado através da estimativa das indenizações reclamadas ou pelo valor determinado na apólice. Esta provisão é calculada mensalmente; **v.** A Provisão para Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR) é constituída para fazer frente aos sinistros que ocorreram, mas ainda não foram avisados. Este cálculo é baseado em dados históricos que compreendem a análise do tempo existente entre a ocorrência e o aviso dos sinistros passados e os respectivos valores pagos ou pendentes de pagamento, com a intenção de estimar o valor futuro dos sinistros a avisar destes já ocorridos. Esta provisão é calculada mensalmente; **vi.** A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER), deverá ser apropriada caso haja necessidade de ajustar, positivamente ou negativamente os valores da PSL. É calculada com base nas movimentações/ajustes da PSL, na data de aviso, na data dos respectivos ajustes e respectivos valores. A Yasuda Marítima, com bases nos testes de consistência, verificou a não necessidade de constituição desta provisão, visto ter um percentual de variação da PSL aceitável atuarialmente; **vii.** A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída pelos valores das despesas esperadas, relacionadas com os sinistros a fim de mensurar o montante de despesas futuras que a seguradora terá com os sinistros avisados e a avisar. Esta provisão é calculada mensalmente. ***3.11.2 Teste de adequação dos passivos:*** Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/2015, a cada data de balanço deve ser elaborado o Teste de Adequação dos Passivos (TAP). Este teste consiste em recalcular o valor presente dos fluxos de prêmios e sinistros, segregados em seguros de danos e pessoas, e compará-los com as respectivas provisões técnicas. Caso resulte em valor positivo, este deverá ser reconhecido na PCC, conforme determinação legal. Neste cálculo, os valores negativos encontrados, se houver, em um ramo ou grupo de ramos, poderão ser compensados dentro do mesmo seguimento (danos e pessoas). No cálculo do TAP são consideradas as despesas com sinistros e com os salvados. A taxa de juros considerada é a **ETTJ.** Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não foram apuradas insuficiências. ***3.12 Empréstimos e financiamentos:*** Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem à Companhia parcela substancial dos riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro. Os bens objeto desses contratos são reconhecidos como ativos e depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor original e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, que na prática é o valor contratado. As obrigações decorrentes dos contratos de arrendamento financeiro são apresentadas no passivo e os encargos financeiros são apropriados ao resultado ao longo do prazo das operações. A Companhia aluga diversos imóveis de terceiros em contratos de arrendamento mercantil operacional para condução de seus negócios em diversas localidades do país. As contraprestações desses contratos são reconhecidas no resultado do período em que são devidas, em função de atenderem a característica de arrendamento operacional, devido não existir a transferência dos riscos e benefícios sobre os ativos. Os passivos originados de financiamentos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. ***3.13 Benefícios a empregados:*** Para os empregados são concedidos os seguintes benefícios: ***3.13.1 Aposentadoria:*** A Companhia é patrocinadora do Yasuda Sociedade de assistência e previdência complementar (Prevyasuda) através do qual oferece aos seus funcionários planos de benefícios de aposentadoria e pensão nas modalidades "contribuição definida" e "benefício definido". Um plano de contribuição definida é um plano pelo qual o montante acumulado de contribuições aportadas será convertido em benefício, temporário ou permanente, na data de saída proposta para a aposentadoria. Nos planos de benefício definido, o valor do benefício, ou os parâmetros para o seu cálculo, são estabelecidos na época da contratação e as contribuições serão determinadas pelo montante necessário para alcançar aquele benefício. Os valores a serem provisionados devem ser calculados por um atuário. ***3.13.2 Benefícios de rescisão - pós-emprego:*** Os benefícios de rescisão, comumente chamados de pós-emprego, são os despendidos quando o emprego é rescindido pela Companhia. Geralmente estes benefícios são vinculados ao Seguro Saúde ou ao Plano Odontológico, e são alocados pelo tempo determinado pela Companhia conforme convenção coletiva de trabalho. ***3.13.3 Participação nos Lucros e Resultados (PLR):*** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que considera a distribuição dependente do plano interno de participação nos lucros e resultados e respectiva concordância do Sindicato dos Securitários. A definição das metas e os montantes de participação dos funcionários nos lucros e resultados são definidos por uma comissão interna, composta por funcionários das diversas áreas da Companhia que, se reúne, anualmente, com representantes da Diretoria da Companhia e do Sindicato dos Securitários. ***3.14 Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$ 240 milhões, a contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada a 15% até agosto de 2015 e, a partir de setembro, de acordo com a Lei 13.169/15, foi calculada a 20% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os tributos diferidos são mensurados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço aplicadas sobre o montante das diferenças temporárias. Através da Lei nº 13.169/15 que majorou a alíquota de CSLL de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros a partir de 1 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, foram atualizados os saldos do ativo e passivo fiscal diferido de diferenças temporárias de CSLL. (Vide Nota 7.1). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. ***3.15 Provisões judiciais:*** A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Companhia possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável. As obrigações legais objeto de ações judiciais fiscais são provisionadas pelo valor provável de desembolso futuro de caixa. ***3.16 Passivos e ativos contingentes:*** Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. ***3.17 Apuração do resultado:*** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. ***3.17.1 Classificação dos contratos de seguro:*** Os contratos emitidos são classificados como contratos de seguro quando estes transferem risco significativo de seguro pelo qual a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte (segurado), aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo adversamente. Os contratos de resseguros também são classificados como contratos de seguros segundo os princípios de transferências de risco de seguro. ***3.17.2 Mensuração dos contratos de seguros:*** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição diferidos são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. A contabilização das operações de cosseguro aceito, do ramo DPVAT são realizadas com base nas informações recebidas das congêneres, e da Companhia Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., respectivamente. As operações de resseguros são contabilizadas com base nos contratos firmados com as resseguradoras. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes nas mesmas bases. Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (i) nas prestações de contas emitidas pelas resseguradoras por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Companhia e (ii) nas prestações de contas preparadas pela Companhia e que estão sujeitas à análise pelos resseguradores. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

4. Aplicações

	2015	%	2014	%
Ativos financeiros				
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.054.784	86%	1.180.015	86%
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	172.474	14%	192.053	14%
Total do circulante e não circulante	**1.227.258**	**100%**	**1.372.068**	**100%**

4.1 Resumo das aplicações:

	Taxa Contratada	2015		2014	
Títulos a valor justo por meio do resultado		**172.474**	**14%**	**192.053**	**14%**
Quotas de fundos de investimentos abertos		170.941	14%	190.700	14%
Títulos públicos federais - LFT	100% Selic	1.533	0%	1.353	0%
Ativos financeiros disponíveis para venda		**1.054.784**	**86%**	**1.180.015**	**86%**
Títulos públicos federais - LFT e LTN	100% Selic (LFT)	854.278	70%	1.014.998	74%
	13,86 a.a até 16,37 a.a (LTN)				
Títulos privados - CDB e letras financeiras	90% até 108% CDI (CDB)	200.506	16%	165.017	12%
	14,00% até 14,55% a.a (CDB)				
	105,5% até 114% CDI (LF)				
	IPCA+4,01% até IPCA+4,25 (LF)				
Total		**1.227.258**	**100%**	**1.372.068**	**100%**

4.2 Abertura por vencimento: Apresentamos a seguir a composição das aplicações por prazo e por título:

	2015			
Aplicações financeiras	**Sem vencimento definido ou vencíveis até 1 ano**	**Vencíveis 1 a 2 anos**	**Vencíveis acima 2 anos**	**Total**
Valor justo por meio do resultado	**170.941**	**1.533**	**–**	**172.474**
Títulos públicos federais	–	1.533	–	1.533
Quotas de fundos de investimentos abertos	170.941	–	–	170.941
Disponível para venda	**440.931**	**230.348**	**383.505**	**1.054.784**
Títulos públicos federais	273.762	199.415	381.101	854.278
Títulos privados - Certificados de Depósito Bancários	90.234	10.549	–	100.783
Títulos privados - Letras Financeiras	76.935	20.384	2.404	99.723
Total circulante e não circulante	**611.872**	**231.881**	**383.505**	**1.227.258**

	2014			
Aplicações financeiras	**Sem vencimento definido ou vencíveis até 1 ano**	**Vencíveis 1 a 2 anos**	**Vencíveis acima 2 anos**	**Total**
Valor justo por meio do resultado	**190.700**	**1.353**	**–**	**192.053**
Títulos públicos federais	–	1.353	–	1.353
Quotas de fundos de investimentos abertos	190.700	–	–	190.700
Disponível para venda	**115.734**	**234.763**	**829.518**	**1.180.015**
Títulos públicos federais	30.529	182.352	802.117	1.014.998
Títulos privados - Certificados de Depósito Bancários	7.615	4.469	–	12.084
Títulos privados - Letras Financeiras	77.590	47.942	27.401	152.933
Total circulante e não circulante	**306.434**	**236.116**	**829.518**	**1.372.068**

4.3 Ativos financeiros disponíveis para venda:

	2015		
	Valor do investimento atualizado	**Ganhos e perdas não realizados**	**Valor justo/ contábil**
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Títulos públicos federais	858.054	(3.776)	**854.278**
Títulos privados - Letras Financeiras	100.266	(543)	**99.723**
Títulos privados - Certificados de Depósitos Bancários	101.360	(577)	**100.783**
Total circulante e não circulante	**1.059.680**	**(4.896)**	**1.054.784**

	2014		
	Valor do investimento atualizado	**Ganhos e perdas não realizados**	**Valor justo/ contábil**
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Títulos públicos federais	1.017.786	(2.788)	**1.014.998**
Títulos privados - Letras financeiras	153.628	(694)	**152.934**
Títulos privados - Certificados de Depósitos Bancários	12.081	2	**12.083**
Total circulante e não circulante	**1.183.495**	**(3.480)**	**1.180.015**

4.4 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

	2015		
	Valor do custo atualizado	**Ajuste a valor justo**	**Valor justo/ contábil**
Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado			
Títulos públicos federais	1.534	(1)	1.533
Valores mobiliários privados - Quotas de fundos de investimentos abertos	170.941	–	170.941
Títulos privados - Certificados de Depósitos Bancários	–	–	–
Total circulante e não circulante	**172.475**	**(1)**	**172.474**

	2014		
	Valor do custo atualizado	**Ajuste a valor justo**	**Valor justo/ contábil**
Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado			
Títulos públicos federais	1.355	(2)	1.353
Valores mobiliários privados - Quotas de fundos de investimentos abertos	190.700	–	190.700
Total circulante e não circulante	**192.055**	**(2)**	**192.053**

4.5 Hierarquia do valor justo das aplicações financeiras: A divulgação por nível, relacionada a mensuração do valor justo é realizada com base nos seguintes níveis: • **Nível 1**: Preços cotados em mercados ativos; • **Nível 2**: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3**: Premissas para o ativo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo os diferentes níveis foram definidos como se segue:

	2015		
	Nível 1	**Nível 2**	**Total**
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	**1.533**	**170.941**	**172.474**
Títulos públicos federais	1.533	–	1.533
Valores mobiliários privados - Quotas de fundos de investimentos abertos	–	170.941	170.941
Ativos financeiros disponíveis para venda	**854.278**	**200.506**	**1.054.784**
Títulos públicos federais	854.278	–	854.278
Títulos Privados - Letras Financeiras	–	99.723	99.723
Títulos Privados - Certificados de Depósitos Bancários	–	100.783	100.783
Total	**855.811**	**371.447**	**1.227.258**

	2014		
	Nível 1	**Nível 2**	**Total**
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	**1.353**	**190.700**	**192.053**
Títulos públicos federais	1.353	–	1.353
Valores mobiliários privados - Quotas de fundos de investimentos abertos	–	190.700	190.700
Ativos financeiros disponíveis para venda	**1.014.998**	**165.017**	**1.180.015**
Títulos públicos federais	1.014.998	–	1.014.998
Títulos Privados - Letras Financeiras	–	152.933	152.933
Títulos Privados - Certificados de Depósitos Bancários	–	12.084	12.084
Total	**1.016.351**	**355.717**	**1.372.068**

4.6 Movimentação das aplicações:

	Saldo em 31/12/14	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajustes TVM	Saldo em 31/12/15
Valor justo por meio do resultado	**192.053**	**256.564**	**(301.556)**	**25.412**	**1**	**172.474**
Títulos públicos federais - LFT e LTN	1.353	–	–	179	1	**1.533**
Quotas de fundos de investimentos abertos	190.700	256.564	(301.556)	25.232	–	**170.941**
Disponíveis para venda	**1.180.015**	**879.783**	**(1.138.153)**	**134.555**	**(1.416)**	**1.054.784**
Títulos Privados - CDB e Letras Financeiras	165.017	114.351	(103.514)	25.079	(427)	**200.506**
Títulos públicos federais - LFT e LTN	1.014.998	765.432	(1.034.639)	109.476	(989)	**854.278**
Total	**1.372.068**	**1.136.347**	**(1.439.709)**	**159.967**	**(1.415)**	**1.227.258**

4.7 Desempenho da carteira de aplicações financeiras: A Administração mensura o desempenho de seus investimentos utilizando com o parâmetro a variação do CDI comparada com a rentabilidade calculada com base no valor justo de suas aplicações. Em 2015, o desempenho da carteira de investimentos atingiu 13,3% no acumulado do período, representando 100,7% do CDI (13,24%), apresentando uma redução de performance de -1,0 p.p. em relação ao período anterior. A variação acumulada do CDI de 2014 foi de 10,81%, no mesmo período o desempenho da carteira foi de 11,0% no ano, representando 101,7% do CDI. O resultado destas análises é utilizado para gestão de riscos financeiros, e para o entendimento do impacto sobre os resultados da Companhia e sobre o patrimônio líquido em condições normais (e em condições de stress).

5. Créditos das operações com seguros e resseguros: O prazo médio de parcelamento da Companhia é de 4 parcelas.

Composição dos créditos das operações com seguros	**2015**	**2014**
Prêmios a receber de segurados (5.1)	581.467	515.622
Operações com seguradoras	17.993	21.918
Operações com resseguradoras (6)	49.320	20.844
Outros créditos operacionais	37.160	10.558
Total	**685.940**	**568.942**
Provisão para riscos de créditos (*imparidade*) sobre:		
Prêmios a receber de segurados	(11.041)	(7.330)
Prêmios a receber de seguradoras	(1.586)	(618)
Sinistros a recuperar de resseguradoras	(809)	(571)
Total	**(13.436)**	**(8.519)**
Total do circulante e não circulante	**672.504**	**560.423**

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo — documento assinado digitalmente

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

5.1 Movimentação de prêmios a receber:

Movimentação dos prêmios a receber de segurados	2015	2014
Saldo de prêmios a receber em 1 de janeiro	**515.622**	**342.194**
(+) Prêmios emitidos	2.362.040	2.279.636
(+) IOF	132.322	133.667
(+) Custo de apólice	(12)	(35)
(+) Adicional de fracionamento	27.214	24.746
(–) Prêmios cancelados	(274.230)	(218.403)
(–) Recebimentos	(2.176.250)	(2.199.461)
Prêmios a vencer de Cosseguro aceito vencido	(5.239)	(976)
(+) Incorporação Yasuda	–	154.254
Saldo de prêmios a receber em 31 de dezembro	**581.467**	**515.622**

Aging de prêmios a receber	2015	2014
Prêmios a vencer	**535.814**	**474.954**
De 1 a 30 dias	235.099	238.390
De 31 a 60 dias	101.636	85.892
De 61 a 120 dias	111.379	99.252
De 121 a 180 dias	46.705	30.672
De 181 a 365 dias	40.878	20.685
Superior a 365 dias	117	63
Prêmios vencidos	**45.653**	**40.668**
De 1 a 30 dias	25.326	28.371
De 31 a 60 dias	6.223	3.519
De 61 a 120 dias	3.854	2.839
De 121 a 180 dias	1.207	1.374
De 181 a 365 dias	3.507	1.738
Superior a 365 dias	5.536	2.827
Total do circulante e não circulante	**581.467**	**515.622**

6. Ativos de resseguros e operações com resseguradora

Composição dos ativos de resseguro	2015	2014
Sinistros a recuperar	**143.625**	**153.615**
Sinistros administrativos pendentes de liquidação	53.383	94.126
Sinistros em discussão judicial	40.922	38.646
Sinistros pagos	49.320	20.843
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	4.749	6.394
Provisão de benefícios a regularizar	635	86
(–) Provisão para redução ao valor recuperavel	(809)	(570)
Subtotal	**148.200**	**159.525**
Prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas	104.521	93.609
Prêmios de resseguros diferidos das apólices não emitidas	6.814	7.556
Subtotal	**111.335**	**101.165**
Total do circulante e não circulante	**259.535**	**260.690**

7. Créditos tributários e previdenciários

	2015	2014
Créditos tributários de diferenças temporárias (nota 7.1)	80.011	70.205
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social (nota 7.2)	24.490	25.982
Créditos de PIS e COFINS	13.008	18.545
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.479	9.007
Outros créditos tributários	10.071	4.364
(–) Provisão para redução do valor recuperável	(2.107)	(2.107)
Total do circulante e não circulante	**131.952**	**125.996**
(–) Tributos diferidos Passivo	(14.134)	(8.866)
Total do circulante e não circulante	**117.818**	**117.130**

	Saldo em 01/01/2014	Adição	Incorporação Yasuda	Baixas	Saldo em 31/12/2014	Adição	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social a compensar	5.457	25.923	7.368	(29.741)	9.007	5.780	(8.308)	6.479
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	12.000	–	–	(12.000)	–	–	–	–
Créditos de PIS e COFINS	9.192	5.930	6.852	(3.429)	18.545	7.601	(13.138)	13.008
Créditos tributários de diferenças temporárias (*)	59.774	21.442	8.036	(19.047)	70.205	20.938	(11.132)	80.011
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social	22.718	37.984	–	(34.720)	25.982	28.374	(29.866)	24.490
Outros	2.534	61.158	–	(59.328)	4.364	10.212	(4.505)	10.071
Provisão para redução do valor recuperável	(2.107)	–	–	–	(2.107)	–	–	(2.107)
(–) Tributos Diferido passivo	(5.644)	–	(2.895)	(327)	(8.866)	106.069	(111.337)	(14.134)
(–) Provisão de IRPJ e CSLL (Compensável com antecipação)	(1.951)	1.951	–	–	–	–	–	–
	101.973	**154.388**	**19.361**	**(158.592)**	**117.130**	**178.974**	**(178.286)**	**117.818**

(*) A Companhia aplicou a majoração de 5% da CSLL, em seus créditos tributários de diferenças temporárias, tributos diferidos e bases negativas da CSLL, totalizando um resultado positivo de R$ 5.313.

7.1 Créditos tributários de diferenças temporárias:

Créditos tributários de diferenças temporárias	2015				
Composição e natureza da origem dos créditos de ajustes temporários	**Base de cálculo**	**IRPJ 25%**	**CSLL 15%**	**CSLL 5%**	**Total**
Provisão para contingências fiscais	103.811	25.953	15.572	5.085	46.610
Provisão para contingências cíveis	21.828	5.457	3.274	(115)	8.616
Provisão para riscos sobre depósitos judiciais	8.654	2.164	1.298	433	3.895
Provisão para riscos sobre créditos	12.953	3.238	1.943	648	5.829
Provisão para valor recuperável de salvados	10.353	2.588	1.553	518	4.659
Provisão para contingências trabalhistas	7.486	1.871	1.123	375	3.369
Provisão para valor recuperável de créditos tributários	2.107	527	316	105	948
Provisão para participação nos lucros	6.353	1.588	953	318	2.859
Outras provisões	(16)	(4)	(2)	(1)	(7)
Price Purchase Allocation (PPA)	8.210	2.052	1.231	(50)	3.233
Total do circulante e não circulante	**181.739**	**45.434**	**27.261**	**7.316**	**80.011**
(–) Tributos Diferido	(30.326)	(7.582)	(4.549)	(2.003)	(14.134)
Total do circulante e não circulante	**151.413**	**37.852**	**22.712**	**5.313**	**65.877**

	2014			
Composição e natureza da origem dos créditos de ajustes temporários	**Base de cálculo**	**IRPJ 25%**	**CSLL 15%**	**Total**
Provisão para contingências fiscais	104.010	26.002	15.601	41.603
Provisão para contingências cíveis	21.916	5.479	3.287	8.766
Provisão para riscos sobre depósitos judiciais	7.942	1.986	1.191	3.177
Provisão para riscos sobre créditos	8.335	2.084	1.250	3.334
Provisão para valor recuperável de salvados	12.060	3.015	1.809	4.824
Provisão para contingências trabalhistas	6.139	1.535	921	2.456
Provisão para valor recuperável de créditos tributários	2.107	527	316	843
Provisão para participação nos lucros	3.235	809	485	1.294
Outras provisões	9.771	2.442	1.466	3.908
Total do circulante e não circulante	**175.515**	**43.879**	**26.326**	**70.205**
(–) Tributos diferidos	(22.164)	(5.541)	(3.325)	(8.866)
Total do circulante e não circulante	**153.351**	**38.338**	**23.001**	**61.339**

7.2 Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social: A realização dos créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis as projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a realização destes créditos, como demonstrado abaixo:

	Base negativa de CSLL		Prejuízos fiscais	
Ano da constituição do crédito	**Base de cálculo**	**Crédito tributário sobre base negativa CSLL**	**Base de cálculo**	**Crédito tributário de prejuízos fiscais**
2009	40.861	8.172	50.667	12.667
2014	8.113	1.623	8.113	2.028
Total	**48.974**	**9.795**	**58.780**	**14.695**

7.2.1 Cronograma de realização dos créditos tributários

	Prejuízos fiscais	Base negativa de contribuição social	Saldo final do período
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**14.695**	**9.795**	**24.490**
2016	(7.484)	(5.987)	11.019
2017	(7.211)	(3.808)	–

8. Bens à venda - (Salvados):

8.1 Composição do Estoque

	2015	2014
Salvados à venda	23.478	37.981
Redução do valor recuperável	(10.353)	(12.060)
Total	**13.125**	**25.921**

8.2 Movimentação

	2015	2014
Saldo em 1º de janeiro	**25.921**	**14.826**
Adições	134.910	100.912
Baixas	(152.518)	(93.740)
Ganho na alienação	3.613	693
Variação da provisão de redução de valor recuperável	1.705	(3.408)
Cancelamentos e devoluções	(506)	(1.856)
(+) Incorporação Yasuda	–	8.494
Saldos em 31 de dezembro	**13.125**	**25.921**

8.3 Aging Salvados

	2015		
***Aging* de Salvados**	**Valor bruto**	**Redução ao valor recuperável**	**Valor líquido**
De 1 a 30 dias	5.148	(266)	4.882
De 31 a 60 dias	3.845	(461)	3.384
De 61 a 180 dias	5.424	(1.641)	3.783
De 181 a 365 dias	3.518	(2.442)	1.076
Superior a 365 dias	5.543	(5.543)	–
Total	**23.478**	**(10.353)**	**13.125**

	2014		
***Aging* de Salvados**	**Valor bruto**	**Redução ao valor recuperável**	**Valor líquido**
De 1 a 30 dias	9.227	(406)	8.821
De 31 a 60 dias	6.338	(764)	5.574
De 61 a 180 dias	13.747	(4.025)	9.722
De 181 a 365 dias	4.767	(3.096)	1.671
Superior a 365 dias	3.902	(3.769)	133
Total	**37.981**	**(12.060)**	**25.921**

8.4 Composição

	2015	2014
Automóvel	18.407	27.929
Responsabilidade civil facultativa	2.526	5.344
Demais ramos	2.545	4.708
Total	**23.478**	**37.981**

9. Custos de aquisição diferidos: Compreendem as comissões relativas à aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

Composição

	2015	2014
Automóvel	75.975	90.303
Demais ramos elementares	115.979	122.635
Pessoas	10.692	11.303
Total	**202.646**	**224.241**
Movimentação		
Saldos em 1º de dezembro de 2014		**161.940**
(+) Diferimento		296.074
(–) Apropriação		(273.880)
(+) Incorporação Yasuda		40.107
Saldos em 31 de dezembro de 2014		**224.241**
(+) Diferimento		78.866
(–) Apropriação		(100.461)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		**202.646**

Realização do custo de aquisição diferidos das operações de seguros

	2015						
Descrição	**1 - 3 meses**	**4 - 6 meses**	**7 - 9 meses**	**10 - 12 meses**	**1 - 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Automóvel	34.500	21.340	12.792	5.636	1.709	–	75.977
Demais ramos elementares	52.488	30.726	17.518	6.903	8.262	80	115.977
Pessoas	2.187	2.070	1.707	3.009	1.189	530	10.692
Total	**89.175**	**54.136**	**32.017**	**15.548**	**11.160**	**610**	**202.646**

10. Depósitos judiciais e fiscais

Composição	2015	2014
Depósitos judiciais	169.041	151.712
Depósitos judiciais de sinistros	15.986	15.404
Total	**185.027**	**167.116**

Detalhamento de depósitos judiciais	2015	2014
Fiscal	159.997	145.633
Trabalhista	2.545	1.974
Cíveis	6.499	4.105
Sinistros	15.986	15.404
Total	**185.027**	**167.116**

11. Investimentos: Refere-se à participação detida no capital das controladas Yasuda Marítima Saúde Seguros S.A e Vistomar Serviços de Vistoria Ltda.

	2015		2014	
Informações sobre a controlada	**Vistomar**	**Saúde**	**Vistomar**	**Saúde**
Total de ativos	1.575	320.592	1.318	308.124
Total de passivos	163	155.855	126	148.371
Patrimônio líquido	1.413	164.737	1.026	159.753
Capital Social	4	94.608	4	94.608
Resultado do exercício	221	5.069	166	4.763
Receitas no exercício	923	589.115	899	592.445
Informações sobre o investimento				
Porcentagem de participação	90,00000%	100,00000%	90,00000%	100,00000%
Quantidade de ações/quotas possuídas	36.000	3.094.257	36.000	3.094.257

Movimentação	2015	2014
Saldo em 1º de janeiro	**201.514**	**133.302**
Ajuste a valor justo títulos disponível para venda	(11)	173
Aporte de capital	–	20.000
Resultado de equivalência patrimonial	5.268	4.892
Venda das ações do IRB	–	(1.472)
Transferência imóveis para imobilizado	–	(7.484)
Dividendos retidos	1.131	–
Dividendos propostos	(1.204)	(1.131)
(+) Incorporação Yasuda	–	56.810
(–) Amortização participação societária - Saúde	(6.128)	(3.576)
Saldo em 31 de dezembro de 2015 e 2014	**200.570**	**201.514**

12. Imobilizado:

12.1 Composição do imobilizado

		2015		
Composição	**% Depreciação a.a.**	**Custo aquisição**	**Depreciação acumulada**	**Valor líquido**
Sistemas aplicativos	20%	20.977	(17.481)	3.496
Imóveis de uso próprio	2,5% a 6,7%	76.460	(30.897)	45.563
Terrenos		8.255	–	8.255
Instalação	10%	14.147	(11.528)	2.619
Móveis, máquinas e utensílios	10%	15.105	(12.085)	3.020
Equipamentos	20%	20.172	(12.900)	7.272
Veículos	20%	8.060	(3.189)	4.871
Telecomunicações	20%	2.051	(1.865)	186
Refrigeração	10%	1.249	(443)	806
Imobilizações em curso		1.318	(1)	1.317
Total		**167.794**	**(90.389)**	**77.405**

		2014		
Composição	**% Depreciação a.a.**	**Custo aquisição**	**Depreciação acumulada**	**Valor líquido**
Sistemas aplicativos	20%	19.223	(15.351)	3.872
Imóveis de uso próprio	2,5% a 6,7%	79.039	(27.997)	51.042
Terrenos		8.371	–	8.371
Instalação	10%	11.995	(10.317)	1.678
Móveis, máquinas e utensílios	10%	13.752	(10.717)	3.035
Equipamentos	20%	17.488	(13.238)	4.250
Veículos	20%	7.978	(2.167)	5.811
Telecomunicações	20%	2.009	(1.387)	622
Refrigeração	10%	1.197	(321)	876
Imobilizações em curso		3	–	3
Total		**161.055**	**(81.495)**	**79.560**

12.2 Movimentação Imobilizado

	Imóveis de uso próprio	Bens móveis	Instalações e benfeitorias	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014	**5.374**	**10.721**	**2.124**	**18.219**
(+) Adições	7.485	8.410	3.720	**19.615**
(–) Baixas	(648)	(363)	(3.721)	**(4.732)**
(–) Depreciação	(646)	(4.444)	(670)	**(5.760)**
(+) Incorporação Yasuda	50.715	4.146	225	**55.086**
(–) Amortização PPA	(2.868)	–	–	**(2.868)**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**59.412**	**18.470**	**1.678**	**79.560**
(+) Adições	–	7.462	2.971	10.433
(–) Baixas	(785)	(271)	(180)	(1.236)
(–) Depreciação	(4.809)	(6.010)	(533)	(11.352)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**53.818**	**19.651**	**3.936**	**77.405**

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

13. Intangível:

13.1 Composição

	2015	2014
Sistemas de computação	157.869	98.135
Amortização acumulada	(64.064)	(52.832)
Ágio	124.010	124.010
Marca (*)	17.875	20.854
Outros intangíveis	27.800	31.057
Total	**263.490**	**221.224**

13.2 Movimentação

Saldo em 1º de janeiro de 2014	**36.148**
(+) Adições	27.579
(–) Amortização	(10.942)
(–) Baixas	(305)
(+) Incorporação Yasuda	168.744
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**221.224**
(+) Adições	61.328
(–) Amortização	(14.544)
(–) Baixas	(4.518)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**263.490**

14. Encargos trabalhistas e obrigações a pagar

	2015	2014
Encargos trabalhistas	**13.945**	**14.066**
Férias	10.500	10.589
Encargos sociais	3.445	3.477
Obrigações a pagar	**67.387**	**54.793**
Dividendos e JCP a pagar	14.465	5.383
Fornecedores	9.390	15.195
Outras obrigações	23.869	19.495
Participação nos lucros	8.015	3.235
Honorários, remunerações e gratificações	151	15
Imposto de renda a pagar (cruzados bloqueados)	2.802	2.587
Participação nos lucros corretores	7.500	7.767
Honorários advocatícios	1.189	1.082
Aluguéis	6	34

15. Impostos e contribuições a pagar

	2015	2014
Impostos sobre operações financeiras	34.534	29.469
Contribuições previdenciárias	3.087	3.217
PIS e COFINS	3.255	3.176
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	4.416	2.949
Outros impostos retidos	2.524	2.276
Total do circulante e não circulante	**47.816**	**41.087**

16. Empréstimos e financiamentos

		2015		
Empréstimos e financiamentos	**Prazo**	**Valor do contrato**	**Saldo a pagar circulante**	**Saldo a pagar não circulante**
Arrendamento mercantil financeiro	60 meses	7.513	57	–
Total		**7.513**	**57**	**–**

		2014		
Empréstimos e financiamentos	**Prazo**	**Valor do contrato**	**Saldo a pagar circulante**	**Saldo a pagar não circulante**
Arrendamento mercantil financeiro	60 meses	7.513	1.199	898
Total		**7.513**	**1.199**	**898**

	2015			2014			
	Pagamentos mínimos futuros de arrendamento	**Juros**	**Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento**	**Pagamentos mínimos futuros de arrendamento**	**Juros**	**Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento**	
Menos de um ano	1.657	1.600	57	1.461	262	1.199	6% ao ano
Entre um e cinco anos	–	–	–	1.057	159	898	6% ao ano
	1.657	**1.600**	**57**	**2.518**	**421**	**2.097**	

17. Provisões técnicas

	2015		
	Bruto de resseguro	**Parcela ressegurada**	**Líquido de resseguro**
Provisão para prêmios não ganhos (PPNG)	927.303	111.332	815.971
Provisão de sinistros a liquidar - Administrativo (PSL)	290.868	52.926	237.942
Provisão de sinistros a liquidar - Administrativo DPVAT	7.945	–	7.945
Provisão de sinistros a liquidar - Judicial DPVAT	32.724	–	32.724
Provisão de sinistros a liquidar - Judicial (PSLJ)	189.481	38.006	151.475
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	134.788	4.749	130.039
Provisão de benefícios a regularizar - Administrativo	849	–	849
Provisão de benefícios a regularizar - Judicial	2.167	578	1.589
Provisão de despesas relacionadas - Administrativo	10.163	460	9.703
Provisão de despesas relacionadas - Judicial	14.178	2.973	11.205
Outras provisões	61	–	61
Total do circulante e não circulante	**1.610.527**	**211.024**	**1.399.503**

	2014		
	Bruto de resseguro	**Parcela ressegurada**	**Líquido de resseguro**
Provisão para prêmios não ganhos (PPNG)	988.281	101.438	886.843
Provisão de sinistros a liquidar - Administrativo (PSL)	390.050	93.850	296.200
Provisão de sinistros a liquidar - Administrativo DPVAT	11.815	–	11.815
Provisão de sinistros a liquidar - Judicial DPVAT	32.966	–	32.966
Provisão de sinistros a liquidar - Judicial (PSLJ)	176.808	35.529	141.279
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	100.352	6.169	94.183
Provisão de benefícios a regularizar - Administrativo	1.784	86	1.698
Provisão de benefícios a regularizar - Judicial	2.162	363	1.799
Provisão de despesas relacionadas - Administrativo	12.842	389	12.453
Provisão de despesas relacionadas - Judicial	13.722	2.593	11.129
Outras provisões	53	–	53
Total do circulante e não circulante	**1.730.835**	**240.417**	**1.490.418**

17.1 Movimentação da provisão de sinistros em discussão judicial

	Bruto de Resseguro	**Parcela ressegurada**
	2015	
Saldo do início do exercício	**192.692**	**38.647**
Total pago no período	(27.245)	(2.062)
Novas constituições no período	83.059	11.658
Reversão da provisão por êxito	(12.350)	(2.638)
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probalidade	(35.906)	(6.678)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	5.576	2.630
Saldo final do exercício	**205.826**	**41.557**

	Bruto de Resseguro	**Parcela ressegurada**
	2014	
Saldo do início do semestre	**148.412**	**34.213**
Total pago no período	(16.775)	(2.497)
Novas constituições no período	51.075	6.182
Reversão da provisão por êxito	(9.053)	(1.108)
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probalidade	(23.006)	(6.825)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	10.495	3.052
(+) Incorporação Yasuda	31.544	5.630
Saldo final do período (*)	**192.692**	**38.647**

(*) Saldo não contempla as posições judiciais do DPVAT

17.1.1 Composição dos sinistros judiciais por classificação de risco

	2015		2014	
	Quantidade	**Provisão**	**Quantidade**	**Provisão**
Provável	614	98.305	660	93.510
Possível	2.531	103.861	2.320	95.635
Remota	478	3.660	471	3.466
Subtotal	**3.623**	**205.826**	**3.451**	**192.611**

17.2 Movimentação das provisões técnicas

Provisão para prêmios não ganhos (PPNG)	**Bruto de resseguro**	**Parcela ressegurada**	**Líquido de resseguro**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**988.281**	**101.438**	**886.843**
(+) Constituição	76.221	47.162	29.059
(–) Reversão	(137.199)	(37.268)	(99.931)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**927.303**	**111.332**	**815.971**

Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	**Bruto de resseguro**	**Parcela ressegurada**	**Líquido de resseguro**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**611.639**	**129.392**	**482.247**
Sinistros avisados no período	1.151.132	45.190	1.105.942
Correção monetária variação	18.227	2.780	15.447
(–) Sinistros pagos	(1.267.821)	(86.430)	(1.181.391)
(–) Salvados estimados	7.841	–	7.841
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**521.018**	**90.932**	**430.086**

Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	**Bruto de resseguro**	**Parcela ressegurada**	**Líquido de resseguro**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**100.352**	**6.169**	**94.183**
(+) Constituição	35.438	982	34.456
(–) Reversão	(1.002)	(2.402)	1.400
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**134.788**	**4.749**	**130.039**

Provisão de benefícios a regularizar	**Bruto de resseguro**	**Parcela ressegurada**	**Líquido de resseguro**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**3.946**	**449**	**3.497**
(+) Constituição	2.786	1.306	1.480
(–) Reversão	(3.716)	(1.177)	(2.539)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**3.016**	**578**	**2.438**

Provisão para despesas relacionadas	**Bruto de resseguro**	**Parcela ressegurada**	**Líquido de resseguro**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**26.564**	**2.982**	**23.582**
(+) Constituição	2.635	791	1.844
(–) Reversão	(4.858)	(340)	(4.518)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**24.341**	**3.433**	**20.908**

Outras provisões	**Bruto de resseguro**	**Parcela ressegurada**	**Líquido de resseguro**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**53**	**–**	**53**
(+) Constituição	8	–	8
(–) Reversão	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**61**	**–**	**61**

17.3 Desenvolvimento de sinistros: O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Valores em R$

Bruto do efeito de resseguro administrativo	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**Total**
No final do ano do registro do sinistro	416.444	392.976	575.406	598.739	656.907	778.242	853.919	932.373	1.313.077	1.154.490	–
Após um ano	414.382	389.920	551.021	578.168	644.761	755.405	833.955	909.810	1.252.354	–	–
Após dois anos	412.467	387.539	548.687	579.611	640.994	744.127	836.659	920.737	–	–	–
Após três anos	410.808	387.365	548.743	579.664	638.662	745.174	836.546	–	–	–	–
Após quatro anos	410.668	387.200	548.779	579.544	638.957	745.148	–	–	–	–	–
Após cinco anos	410.712	387.215	548.521	579.128	639.285	–	–	–	–	–	–
Após seis anos	410.717	387.283	548.613	579.036	–	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	410.903	387.101	548.587	–	–	–	–	–	–	–	–
Após oito anos	410.995	387.282	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Após nove anos	410.609	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2015	**410.609**	**387.282**	**548.587**	**579.036**	**639.285**	**745.148**	**836.546**	**920.737**	**1.252.354**	**1.154.490**	**7.474.074**
Pago acumulado											
No próprio ano	(350.847)	(319.166)	(438.213)	(454.304)	(476.754)	(540.989)	(621.908)	(630.358)	(916.549)	(891.506)	–
Após um ano	(405.139)	(383.710)	(539.227)	(568.892)	(615.803)	(728.696)	(821.326)	(895.695)	(1.216.509)	–	–
Após dois anos	(407.614)	(384.904)	(546.724)	(577.110)	(627.581)	(741.329)	(829.995)	(915.649)	–	–	–
Após três anos	(408.528)	(385.796)	(547.262)	(577.540)	(637.292)	(743.072)	(833.448)	–	–	–	–
Após quatro anos	(409.327)	(386.523)	(547.700)	(578.763)	(638.053)	(743.944)	–	–	–	–	–
Após cinco anos	(409.506)	(386.800)	(548.073)	(578.856)	(638.623)	–	–	–	–	–	–
Após seis anos	(409.763)	(386.888)	(548.243)	(578.844)	–	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	(409.977)	(386.922)	(548.043)	–	–	–	–	–	–	–	–
Após oito anos	(410.064)	(387.083)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Após nove anos	(410.252)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2015	**(410.252)**	**(387.083)**	**(548.043)**	**(578.844)**	**(638.623)**	**(743.944)**	**(833.448)**	**(915.649)**	**(1.216.509)**	**(891.506)**	**(7.163.901)**
Falta acumulada	**5.835**	**5.694**	**26.819**	**19.703**	**17.622**	**33.094**	**17.374**	**11.635**	**60.723**	**–**	**–**
% Falta acumulada	**1%**	**1%**	**5%**	**3%**	**3%**	**4%**	**2%**	**1%**	**5%**		
Reconciliação com o balanço patrimonial											
Provisão referente a anos anteriores	357	199	544	192	662	1.204	3.097	5.088	35.846	262.985	310.174
Saldo reconhecido no balanço patrimonial											310.018
											–
Subtotal diferença											156
Salvado estimado											17.707
Retrocessão											4.367
DPVAT (PSL e PDR)											8.772
IBNR-PDR											1.958
Pendentes antes de 2006											2.454
Total diferença											–

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Valores em R$

Bruto do efeito de resseguro judicial	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**Total**
No final do ano do registro do sinistro	–	27.156	16.600	51.142	18.649	16.473	21.291	21.968	10.687	13.836	–
Após um ano	7.855	29.182	11.038	59.713	20.543	24.406	33.867	32.977	21.215	–	–
Após dois anos	7.173	17.613	13.172	79.771	24.531	26.962	35.047	43.705	–	–	–
Após três anos	7.003	18.859	17.526	89.276	26.538	29.516	38.600	–	–	–	–
Após quatro anos	7.413	21.550	17.965	105.322	30.166	34.176	–	–	–	–	–
Após cinco anos	7.281	21.676	18.362	108.372	32.015	–	–	–	–	–	–
Após seis anos	7.611	22.239	18.780	117.089	–	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	7.477	22.328	19.450	–	–	–	–	–	–	–	–
Após oito anos	8.125	22.603	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Após nove anos	8.650	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2015	**8.650**	**22.603**	**19.450**	**117.089**	**32.015**	**34.176**	**38.600**	**43.705**	**21.215**	**13.836**	**351.339**
Pagamentos de sinistros acumulados											
No próprio ano	–	(5.869)	(2.302)	(4.018)	(1.539)	(1.849)	(1.181)	(2.162)	(1.414)	(1.115)	–
Após um ano	(1.143)	(10.221)	(3.878)	(15.380)	(3.146)	(6.294)	(3.375)	(5.972)	(3.889)	–	–
Após dois anos	(2.343)	(11.357)	(5.595)	(27.705)	(4.709)	(10.063)	(8.217)	(13.293)	–	–	–
Após três anos	(3.006)	(13.288)	(6.387)	(35.160)	(6.576)	(12.317)	(12.051)	–	–	–	–
Após quatro anos	(3.344)	(14.519)	(7.265)	(46.478)	(10.508)	(16.609)	–	–	–	–	–
Após cinco anos	(4.035)	(14.968)	(11.193)	(50.674)	(13.641)	–	–	–	–	–	–
Após seis anos	(4.878)	(15.564)	(12.297)	(69.134)	–	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	(5.443)	(17.542)	(13.990)	–	–	–	–	–	–	–	–
Após oito anos	(6.198)	(18.064)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Após nove anos	(6.366)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2015	**(6.366)**	**(18.064)**	**(13.990)**	**(69.134)**	**(13.641)**	**(16.609)**	**(12.051)**	**(13.293)**	**(3.889)**	**(1.115)**	**(168.152)**
Falta Acumulada	**(8.650)**	**4.553**	**(2.850)**	**(65.947)**	**(13.366)**	**(17.703)**	**(17.309)**	**(21.737)**	**(10.528)**	**–**	**–**
% Falta acumulada	**(136)%**	**25%**	**(20)%**	**(95)%**	**(98)%**	**(107)%**	**(144)%**	**(164)%**	**(271)%**		
Reconciliação com o balanço patrimonial											
Provisão referente a anos anteriores	2.284	4.539	5.461	47.956	18.374	17.567	26.548	30.412	17.326	12.722	183.189
Saldo reconhecido no balanço patrimonial											238.552
											–
Subtotal diferença											(55.363)
Salvado estimado											–
Retrocessão											–
DPVAT (PSL e PDR)											32.724
IBNR-PDR											–
Pendentes antes de 2006											22.639
Total diferença											–

Valores em R$

Líquido do efeito de resseguro administrativo	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**Total**
No final do ano do registro do sinistro	398.884	364.868	470.741	504.008	597.779	683.528	795.550	874.205	1.205.441	1.080.429	–
Após um ano	394.816	361.211	444.283	488.403	580.756	663.179	780.973	856.562	1.173.562	–	–
Após dois anos	394.632	366.232	442.059	486.533	581.448	661.968	779.502	862.632	–	–	–
Após três anos	393.909	366.008	442.043	487.002	581.495	662.089	782.534	–	–	–	–
Após quatro anos	393.942	365.215	442.260	486.463	581.558	663.048	–	–	–	–	–
Após cinco anos	393.954	366.023	441.952	486.186	581.863	–	–	–	–	–	–
Após seis anos	393.943	366.076	441.985	486.165	–	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	394.054	365.905	442.005	–	–	–	–	–	–	–	–
Após oito anos	394.121	366.064	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Após nove anos	393.830	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2015	**393.830**	**366.064**	**442.005**	**486.165**	**581.863**	**663.048**	**782.534**	**862.632**	**1.173.562**	**1.080.429**	**6.832.132**
Pago acumulado											
No próprio ano	(339.792)	(308.835)	(360.951)	(401.715)	(455.168)	(510.245)	(599.950)	(610.088)	(894.838)	(846.851)	–
Após um ano	(390.064)	(363.225)	(438.018)	(481.080)	(571.413)	(653.830)	(770.162)	(844.203)	(1.157.311)	–	–
Após dois anos	(391.785)	(364.240)	(440.043)	(485.766)	(576.626)	(659.401)	(777.904)	(859.375)	–	–	–
Após três anos	(392.661)	(365.119)	(440.550)	(485.944)	(580.295)	(661.076)	(781.188)	–	–	–	–
Após quatro anos	(393.042)	(365.578)	(440.912)	(485.861)	(580.742)	(661.932)	–	–	–	–	–
Após cinco anos	(393.216)	(365.790)	(441.283)	(485.947)	(581.210)	–	–	–	–	–	–
Após seis anos	(393.459)	(365.876)	(441.452)	(485.974)	–	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	(393.513)	(365.911)	(441.527)	–	–	–	–	–	–	–	–
Após oito anos	(393.601)	(365.955)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Após nove anos	(393.648)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2015	**(393.648)**	**(365.955)**	**(441.527)**	**(485.974)**	**(581.210)**	**(661.932)**	**(781.188)**	**(859.375)**	**(1.157.311)**	**(846.851)**	**(6.574.971)**
Falta Acumulada	**5.053**	**(1.196)**	**28.736**	**17.843**	**15.916**	**20.480**	**13.016**	**11.574**	**31.879**	**–**	**–**
% Falta acumulada	**1%**	**0%**	**7%**	**4%**	**3%**	**3%**	**2%**	**1%**	**3%**		
Reconciliação com o balanço patrimonial											
Subtotal	182	109	477	191	652	1.116	1.346	3.257	16.252	233.578	257.160
Provisão referente a anos anteriores											
Saldo reconhecido no balanço patrimonial											256.632
Subtotal diferença											528
Salvado estimado											17.707
Retrocessão											4.367
DPVAT (PSL e PDR)											8.771
IBNR-PDR											1.726
Pendentes antes de 2006											2.315
Total diferença											–

Valores em R$

Líquido do efeito de resseguro judicial	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**Total**
No final do ano do registro do sinistro	–	27.131	16.562	51.181	18.573	16.378	20.612	21.350	9.410	12.829	–
Após um ano	7.722	28.412	10.477	54.153	19.013	19.898	26.082	28.233	19.637	–	–
Após dois anos	6.990	16.765	12.588	74.196	22.341	21.906	30.961	37.895	–	–	–
Após três anos	6.807	18.004	16.949	77.164	23.897	23.761	34.655	–	–	–	–
Após quatro anos	7.198	20.661	17.217	88.649	27.370	28.637	–	–	–	–	–
Após cinco anos	7.220	19.664	17.458	91.397	27.724	–	–	–	–	–	–
Após seis anos	7.532	19.888	17.754	97.707	–	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	7.358	20.934	18.381	–	–	–	–	–	–	–	–
Após oito anos	7.955	21.109	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Após nove anos	8.451	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2015	**8.451**	**21.109**	**18.381**	**97.707**	**27.724**	**28.637**	**34.655**	**37.895**	**19.637**	**12.829**	**307.025**
Pagamentos de sinistros acumulados											
No próprio ano	–	(5.869)	(2.300)	(4.017)	(1.536)	(1.846)	(1.180)	(2.052)	(1.005)	(1.043)	–
Após um ano	(1.114)	(10.218)	(3.873)	(15.018)	(3.141)	(4.366)	(3.371)	(5.422)	(3.747)	–	–
Após dois anos	(2.301)	(11.329)	(5.588)	(27.342)	(4.687)	(8.061)	(8.087)	(12.374)	–	–	–
Após três anos	(2.961)	(13.246)	(6.378)	(34.794)	(6.508)	(10.147)	(11.888)	–	–	–	–
Após quatro anos	(3.300)	(14.477)	(7.255)	(45.080)	(10.193)	(14.367)	–	–	–	–	–
Após cinco anos	(3.957)	(14.925)	(11.058)	(49.103)	(12.923)	–	–	–	–	–	–
Após seis anos	(4.799)	(15.518)	(12.136)	(64.835)	–	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	(5.350)	(16.675)	(13.320)	–	–	–	–	–	–	–	–
Após oito anos	(6.097)	(17.311)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Após nove anos	(6.392)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2015	**(6.392)**	**(17.311)**	**(13.320)**	**(64.835)**	**(12.923)**	**(14.367)**	**(11.888)**	**(12.374)**	**(3.747)**	**(1.043)**	**(158.200)**
Falta Acumulada	**(8.451)**	**6.022**	**(1.819)**	**(46.525)**	**(9.151)**	**(12.260)**	**(14.044)**	**(16.545)**	**(10.227)**	**–**	**–**
% Falta acumulada	**(132)%**	**35%**	**(14)%**	**(72)%**	**(71)%**	**(85)%**	**(118)%**	**(134)%**	**(273)%**		
Reconciliação com o balanço patrimonial											
Subtotal	2.059	3.799	5.061	32.872	14.801	14.270	22.767	25.521	15.891	11.786	148.827
Provisão referente a anos anteriores											
Saldo reconhecido no balanço patrimonial											196.994
Subtotal diferença											(48.167)
Salvado estimado											–
Retrocessão											–
DPVAT (PSL e PDR)											32.723
IBNR-PDR											–
Pendentes antes de 2006											15.444
Total diferença											–

17.4 Garantias das provisões técnicas:

	2015	**2014**
Provisões técnicas (Nota 17)	1.610.527	1.730.835
Parcela ressegurada (Nota 17)	(211.024)	(240.417)
Direitos creditórios	(422.019)	(371.677)
Provisões retidas pelo IRB	(564)	(564)
Provisões DPVAT	(113.839)	(91.800)
(=) Total a ser coberto	**863.081**	**1.026.377**
Ativos garantidores		
Títulos de renda fixa - Públicos	842.161	1.013.906
Certificados de depósitos bancários	91.930	7.615
Letras financeiras	99.723	152.934
Quotas de fundos de investimentos abertos	147.831	171.129
Total de aplicações	**1.181.645**	**1.345.584**
Ativos livres	**318.564**	**319.207**

18. Débitos das operações com resseguradoras: Compreendem substancialmente os montantes de prêmios cedidos e ainda não liquidados nas datas de balanço. O quadro abaixo apresenta a composição dos saldos de prêmios cedidos a liquidar, líquidos das comissões:

	2015	**2014**
Resseguradora local	101.358	82.925
Resseguradora admitida	9.829	21.897
Resseguradora eventual	1.312	193
Total	**112.499**	**105.015**

***Aging* de Resseguro**

	2015	**2014**
Estimativa de realização dos débitos com resseguradoras		
Prêmios a vencer		
Sem vencimento*	16.316	23.416
De 1 a 30 dias	35.451	2.557
De 31 a 60 dias	39.219	41.181
De 61 a 180 dias	11.980	15.259
De 181 a 365 dias	6.505	22.602
Superior a 365 dias	3.028	–
	112.499	**105.015**

(*) Reintegração de prêmio de resseguro, aguardando indenização final para pagamento.

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

19. Depósitos de terceiros

	Cobrança antecipada de prêmios		Prêmios e emolumentos		Outros depósitos		Total	
***Aging* de depósitos de terceiros**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
De 1 a 30 dias	2.666	4.536	3.018	5.320	11.363	4.152	17.047	14.008
De 31 a 60 dias	413	362	719	230	1.910	594	3.042	1.186
De 61 a 120 dias	–	148	608	335	751	104	1.359	587
De 121 a 180 dias	–	5	758	206	720	14	1.478	225
De 181 a 365 dias	–	–	65	556	339	4	404	560
Superior a 365 dias	–	–	49	91	279	720	328	811
Total	**3.079**	**5.051**	**5.217**	**6.738**	**15.362**	**5.588**	**23.658**	**17.377**

20. Provisões judiciais:

20.1 Quantidades e valores envolvidos e provisionados por probabilidade de risco

	2015			2014		
Cíveis	**Quantidade**	**Valor envolvido**	**Provisão**	**Quantidade**	**Valor envolvido**	**Provisão**
Perda provável	396	25.978	25.978	749	28.255	28.255
Perda possível	905	61.952	–	963	54.479	–
Perda remota	1.397	91.862	–	1.492	78.248	–
Total	**2.698**	**179.792**	**25.978**	**3.204**	**160.982**	**28.255**
Trabalhistas						
Perda provável	64	9.482	9.482	69	8.668	8.668
Perda possível	64	30.730	–	66	18.006	–
Perda remota	13	1.816	–	15	794	–
Total	**141**	**42.028**	**9.482**	**150**	**27.468**	**8.668**
Fiscais						
Perda provável	7	122.730	122.730	12	123.668	123.668
Perda possível	4	32.985	–	5	16.812	–
Perda remota	1	8.989	–	–	–	–
Total	**12**	**164.704**	**122.730**	**17**	**140.480**	**123.668**
Total Geral						
Perda provável	467	158.190	158.190	830	160.591	160.591
Perda possível	973	125.667	–	1.034	89.297	–
Perda remota	1.411	102.667	–	1.507	79.042	–
Total	**2.851**	**386.524**	**158.190**	**3.371**	**328.930**	**160.591**

20.2 Movimentação das provisões judiciais

	Provisões judiciais									
Natureza	**Saldo em 01/01/ 2014**	**Principal**	**Encargos moratórios**	**Incorporação Yasuda**	**Baixas**	**Saldo em 31/12/ 2014**	**Principal**	**Encargos moratórios**	**Baixas**	**Saldo em 31/12/ 2015**
1 - Fiscal	107.179	15.290	3.280	6.121	(8.202)	**123.668**	669	7.330	(8.937)	**122.730**
2 - Trabalhista	5.648	1.577	330	4.247	(3.134)	**8.668**	2.117	672	(1.975)	**9.482**
3 - Cíveis	17.953	7.484	7.231	10.220	(14.633)	**28.255**	9.417	3.935	(15.629)	**25.978**
Total	**130.780**	**24.351**	**10.841**	**20.588**	**(25.969)**	**160.591**	**12.203**	**11.937**	**(26.541)**	**158.190**

20.3 Descrição resumida das principais ações judiciais: **Provisões judiciais:** ***Descrição resumida das principais ações judiciais: I - Ações de natureza fiscal (Ações incluídas na Anistia Fiscal - Lei nº 11.941/2009):*** A Companhia optou por desistir de determinadas ações judiciais nos termos da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, mediante pagamento à vista em 30 de novembro de 2009, de débitos com a Receita Federal e com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Dentre as ações incluídas na Anistia Fiscal destacamos a COFINS, bem como a tributação da CSLL sobre Tributos com Exigibilidade Suspensa, em relação aos quais a Receita Federal do Brasil (RFB) apresentou manifestações discordando da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia para quitação dos tributos, tendo expedido cobranças em outubro de 2010, nos valores de R$ 7.845 (COFINS) e R$ 2.674 (CSLL), as quais passaram a ser objeto de litígio judicial. De acordo com a Receita Federal do Brasil, quando da realização dos cálculos para liquidação dos tributos nos termos da Lei nº 11.941/2009, a Companhia não poderia ter utilizado concomitantemente os depósitos judiciais vinculados às ações judiciais em comento com os prejuízos fiscais acumulados, muito embora não exista tal vedação na referida lei. Além do questionamento em tela, a Receita Federal questiona ainda a utilização dos juros remuneratórios dos depósitos judiciais para abatimento dos débitos. Atualmente as ações judiciais encontram-se na seguinte situação: **i. COFINS -** A ação foi julgada improcedente ensejando a realização de depósito judicial em 04/03/2011 no montante de R$ 8.142 (R$ 11.924 em dezembro/2015), já adicionado de multa e juros. Interposto recurso de apelação, aguarda-se atualmente o julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. **ii. CSLL - Tributos com exigibilidade suspensa:** A medida liminar postulada foi negada ensejando a realização de depósito judicial em 22/12/2010 no montante de R$ 2.693 (R$ 4.037 em dezembro/2015). Posteriormente a ação foi julgada parcialmente procedente, sendo reconhecido o direito ao pagamento do débito com a utilização dos depósitos judiciais concomitantemente aos prejuízos fiscais acumulados para abatimento dos juros e sendo afastado o direito à utilização dos juros remuneratórios dos depósitos para abatimento dos débitos. Atualmente aguarda-se julgamento do recurso de apelação. Para adequação das bases de cálculos foi constituída provisão redutora do ativo em dezembro de 2010 corresponde a (R$ 5.773), em dezembro/2015 (R$ 8.654). ***II - PIS - Programa de Integração Social:*** A Companhia discute para o período de junho de 1994 a dezembro de 2014, a exigibilidade da contribuição para o PIS, exigida nos termos das Emendas Constitucionais - EC nºs 01/94, 10/96 e 17/97 e Lei nº 9.718/98, as quais alteraram a base de cálculo e alíquota que passou a incidir sobre a receita bruta operacional. Em todas as ações judiciais houve interposição dos recursos especial e extraordinário, os quais aguardam julgamento definitivo dos *"leading cases"* em trâmite no Supremo Tribunal Federal - STF. Em 31/12/2015 o montante total provisionado para as ações é de R$ 83.648 e o montante depositado judicialmente é de R$ 66.888. Para o período-base de junho de 1994 a junho de 1997, com base na opinião e orientação de seus assessores legais, a Companhia não constituiu provisão para os valores não recolhidos, sobre receitas de prêmios e demais receitas de operações com seguros, em razão do reconhecimento de suspensão da exigibilidade pelas próprias Autoridades Fiscais e/ou da prescrição do direito de cobrança por parte da Fazenda, sendo constituída provisão sobre a parcela de receitas financeiras, acrescidos dos encargos moratórios. Para o período-base de julho de 1997 a dezembro de 1997 e fevereiro de 1999 a março de 2000, com base na opinião e orientação de seus assessores legais, a Companhia reverteu a provisão constituída anteriormente em razão da declaração de decadência do direito da Fazenda por meio do processo administrativo nº 16327.000623/2005-52. Ainda em relação ao exercício de 1999 e ao período de janeiro a março de 2000, a Companhia recebeu em junho de 2008 carta cobrança exigindo o recolhimento da Contribuição ao PIS no valor original de R$ 11.080, que teria sido objeto de declarações fiscais retificadoras não recolhidas. Em face desta cobrança foi impetrado mandado de segurança à época, sobrevindo decisão liminar suspendendo a exigibilidade do tributo em razão da prescrição do direito de cobrança da União Federal, decisão esta que foi cassada por sentença, em face da qual foi interposto recurso de apelação ainda pendente de julgamento pelo Tribunal. Em razão da inexistência de medida suspensiva, a União propôs ação de execução fiscal, para a qual a Companhia ofereceu seguro garantia judicial como forma de garantia do juízo. Atualmente os autos aguardam em arquivo sobrestado o julgamento do recurso de apelação no referido mandado de segurança. Tendo em vista que para este período de 1999 e janeiro a março de 2000, objeto da ação de execução fiscal em referência, já havia no passado auto de infração onde restou reconhecida a decadência do lançamento fiscal original (processo administrativo nº 16327.000623/2005-52) e ainda, diante da prescrição do direito de cobrança, não houve constituição de provisão para este período. Do período de abril de 2000 a maio de 2009 foi constituída provisão calculada com base na totalidade das receitas deduzido o valor correspondente ao PIS repique recolhido e às receitas financeiras. A partir de junho de 2009 até dezembro de 2014, em função da Lei nº 11.941/09, a provisão passou a ser constituída considerando a receita de prêmios e de janeiro de 2011 a dezembro de 2014, a Companhia efetuou além da provisão, o depósito judicial correspondente ao PIS sobre a referida parcela de prêmios. A partir de janeiro de 2015, a contribuição ao PIS passou a ser recolhida sobre as receitas de prêmios nos termos da Lei nº 12.973/14, com exclusão das receitas financeiras, inclusive daquelas decorrentes das reservas técnicas. Com base na opinião e orientação de seus assessores legais em maio de 2015, a Companhia ingressou com novo mandado de segurança para questionar a base de cálculo do PIS e da COFINS criada pela Lei nº 12.973/14, especialmente em relação à tributação das referidas receitas financeiras, sendo indeferida a medida liminar pleiteada e o agravo de instrumento interposto, encontrando-se o processo atualmente pendente de julgamento de mérito. O montante em 2015 é de (R$ 4.413). De acordo com a Lei 12.973/14, que alterou a base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS para estabelecer que o conceito de receita bruta compreende também "as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica", nosso entendimento, em consonância com a recomendação de nossos consultores jurídicos, é de que as receitas financeiras, ainda que decorrentes de investimento de valores decorrentes de reservas técnicas, não representam por sua natureza jurídica, receitas de atividade ou objeto principal próprios das Companhias Seguradoras, sendo inclusive impetrado o Mandado de Segurança 0008712-65.2015.4.03.6100 ainda pendente de julgamento. ***III - IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores:*** A Companhia discute judicialmente o IPVA exigido pela Fazenda do Estado de São Paulo, relativamente a veículos segurados indenizados, em sua grande maioria veículos roubados ou furtados não localizados, veículos baixados, bem como "salvados de sinistro" vendidos em leilão, em relação aos quais não houve transferência do registro de propriedade no departamento de trânsito competente pelo adquirente. O montante de depósitos judiciais em 31/12/2015 é de R$ 2.541 (R$ 2.326 em 31/12/2014), encontrando-se a grande maioria das ações judiciais pendentes de julgamento de recurso de apelação no Tribunal de Justiça de São Paulo. A Companhia não constitui provisão em função da probabilidade de perda ser possível para esses processos. ***IV - IRPJ - Imposto de renda da pessoa jurídica e CSLL - Contribuição social sobre o lucro líquido e IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte - Glosa de despesas:*** A Seguradora incorporada em junho/2014 (Yasuda Seguros S.A.) recebeu autos de infração referentes ao Imposto de Renda, Contribuição Social e Imposto de Renda na Fonte, sobre glosa de despesas dos exercícios de 1991 e 1992, para os quais era mantida provisão de R$ 2.096 em 31 de dezembro de 2014, correspondente ao montante com parecer de perda provável da ação anulatória proposta, julgados suficientes para a realização de eventual pagamento na decisão final do processo. Em maio de 2015 foi proferida sentença julgando parcialmente procedente a ação judicial sendo determinada a anulação da cobrança em quase sua totalidade, reduzindo o débito para 0,81% de seu valor original, ensejando a reversão da provisão a valor equivalente a R$ 193 mil. Além da provisão em questão foram realizados depósitos judiciais para garantia do débito, os quais correspondem a R$ 23.815 em 31/12/2015. Atualmente a ação aguarda julgamento do recurso de apelação interposto pela União Federal. ***V - CSLL - Contribuição social sobre o lucro líquido:*** A Companhia questiona judicialmente a Emenda Constitucional - EC nº 10/96, sobre a elevação da alíquota da Contribuição Social de 18% para 30% no primeiro semestre do exercício de 1996. O montante da provisão constituída sobre o referido processo em 31/12/2015 é de R$ 821 mil (R$ 762 em 31/12/2014). ***VI - IRPJ - Dedução de tributos com exigibilidade suspensa:*** A Companhia discute judicialmente a legalidade da dedução de tributos com exigibilidade suspensa da base de cálculo do IRPJ, a teor do disposto no § 1º, do artigo 41, da Lei nº 8.981/95, sendo proferida sentença e decisão do Tribunal desfavoráveis. Interpostos os recursos especial e extraordinário encontram-se os mesmos pendentes de julgamento de admissibilidade pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Para o período de abril de 1999 a julho de 2003 foi constituída provisão no valor atual de R$ 32.405, bem como depósitos judicias correspondentes ao montante de R$ 34.813 em 31/12/2015. ***VII - ISS - Município de Belo Horizonte:*** A Companhia sofreu autuações fiscais da Prefeitura de Belo Horizonte relativas ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN dos períodos de 2007 a 2009, decorrente de serviços prestados, tomados ou vinculados aos responsáveis tributários, em sua grande maioria corretoras de seguros e oficinas mecânicas, sujeitos à incidência do referido imposto. As defesas administrativas não lograram êxito, sendo propostas execuções fiscais em face das quais foram opostos Embargos às Execuções Fiscais, sendo constituída provisão que em dezembro/2015 corresponde a R$ 77. Diante da anistia criada pela Prefeitura de Belo Horizonte através da Lei Municipal nº 10.876/15 e Decreto nº 16.151/15, a Companhia decidiu efetuar o pagamento dos débitos à vista, com desconto na multa nos juros, sendo revertida a provisão. ***Provisões trabalhistas:*** A Companhia responde por processos de natureza trabalhista que encontram-se em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final destes processos, foi constituída provisão para os casos cuja probabilidade de perda foi considerada "provável". ***Provisões cíveis:*** A Companhia responde por processos de natureza cível, não relacionadas a ações de seguros que encontram-se em diversas fases de tramitação. Foi constituída provisão para os casos em que a probabilidade de perda foi considerada "provável". ***Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial - PSLJ:*** A Companhia responde por processos de natureza cível, relacionadas a ações de seguros que encontram-se em diversas fases de tramitação. Para tais ações é constituída provisão de um percentual do montante envolvido, de acordo com a probabilidade de perda por meio de Nota Técnica Atuarial. **21. Patrimônio líquido:** ***21.1 Capital social:*** A Companhia é uma sociedade de capital autorizado e está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R$ 1.300.000 independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem caberá fixar as condições da emissão. Em 02 de junho de 2014, devido ao processo de incorporação da Yasuda Seguros S.A., foi aprovado um aumento de capital no montante de R$ 444.410 mediante a emissão de 102.325.540 ações ordinárias nominativas. O referido valor foi apurado através de laudo técnico do Patrimônio Líquido da Yasuda Seguros S.A., emitido por empresa especializada. A Reunião do Conselho de Administração de 22 de dezembro de 2014 homologou o aporte de capital no montante de R$ 10.337 mediante emissão de 1.069.884 ações ordinárias com utilização de dividendos retidos em conta corrente, cujo processo foi aprovado pela SUSEP em 26/05/2015 por meio da portaria 176. O capital social está representado por 103.508.581 ações ordinárias nominativas e 22.435 ações preferenciais nominativas, todas escriturais e sem valor nominal. Todas as ações emitidas estão totalmente integralizadas. Em relação às ações ordinárias, as ações preferenciais não têm direito a voto nos assuntos a serem deliberados em Assembleia Geral, porém, é assegurada preferência no recebimento de dividendos em valor mínimo igual aos dividendos pagos às ações ordinárias e prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia.

	2015		2014	
	Quantidade de ações	**Capital social**	**Quantidade de ações**	**Capital social**
Saldo no início do período	102.462.003	939.909	58.347.011	495.499
Emissão de ações	1.069.884	10.337	–	–
(–) Cancelamento de ações em tesouraria	(871)	–	–	–
(–) Incorporação Yasuda cancelamento	–	–	(58.210.548)	–
(+) Incorporação Yasuda emissão	–	–	102.325.540	444.410
Saldo no final do período	**103.531.016**	**950.246**	**102.462.003**	**939.909**

21.2 Reserva de capital: Refere-se a incentivos fiscais de imposto de renda. ***21.3 Reserva de reavaliação:*** Em 2015 foi realizada a baixa do saldo residual de reavaliação de imóveis anterior a promulgação da Lei 11.638/07 sendo apresentada pelo valor líquido dos tributos, devido a mais valia realizada nos imóveis no período de incorporação. ***21.4 Custos de transação:*** A Companhia incorreu em diversos custos para a concretização do acordo com o Grupo Sompo, citado na Nota Explicativa nº 1. Tais custos, detalhados no quadro abaixo, são diretamente atribuíveis às atividades necessárias à concretização dessa transação e, por conta dessa natureza, foram registrados no Patrimônio Líquido, por valor líquido dos efeitos tributários, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC n° 8:

Custos de transação	**2015**
Assessoria financeira	7.932
Assessoria estratégica	3.000
Assessoria jurídica	882
Outros	279
Subtotal	**12.093**
Impostos	(4.837)
Total	**7.256**

21.5 Reserva legal: Constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. ***21.6 Reserva estatutária:*** Constituída pelo valor remanescente do lucro de cada exercício social, após deduções legais e estatutárias, sendo destinada à absorção de prejuízos e aumento de capital. ***21.7 Dividendos:*** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos mínimos ainda não pagos ao final de cada exercício é deduzida do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Estatuto Social prevê a compensação dos prejuízos acumulados como condição primária na destinação do lucro líquido para a constituição da reserva legal, distribuição de dividendos obrigatórios e constituição da reserva estatutária. Também prevê a destinação da reserva estatutária para a amortização de eventuais prejuízos, desde que, deliberada por Assembleia Geral ou Conselho de Administração. Em 18/03/2015 foi aprovada pelos acionistas a retenção dos dividendos propostos no montante de R$ 5.303 mil que foram incorporados à reserva estatutária. No exercício findo em 31/12/2015 foram provisionados Juros sobre Capital Próprio (JSCP) no montante de R$ 15.000 e dividendos e montante de R$ 1.261 em 2015 (2014 - R$ 5.303 como dividendos).

22. Detalhamento das contas da demonstração do resultado:

Detalhamento do Resultado	**2015**	**2014**
22.1 - Prêmios emitidos líquidos	**2.133.704**	**2.103.313**
Prêmios diretos	**2.045.771**	**2.012.133**
Prêmios emitidos	2.341.731	2.238.853
Prêmios cancelados	(272.101)	(206.028)
Prêmios restituídos	(23.859)	(20.692)
Prêmios - Riscos vigentes não emitidos	**(1.823)**	**7.198**
Cosseguro aceito de congêneres	**19.835**	**21.050**
Prêmios aceitos em cosseguro	22.132	33.587
Prêmios cancelados em cosseguro	(2.127)	(12.375)
Prêmios restituídos em cosseguro	(170)	(162)
Cosseguro cedido de congêneres	**(22.852)**	**(18.577)**
Prêmios DPVAT	**92.773**	**81.509**
22.2 - Variação das provisões técnicas de prêmios	**61.605**	**(112.420)**
Provisão de prêmios não ganhos	61.764	(111.870)
Provisão matemática de benefícios a conceder	(7)	(6)
Outras provisões técnicas - PDA	(152)	(544)
22.3 - Prêmios ganhos	**2.195.309**	**1.990.893**
22.4 - Receita com emissão de apólices	**5.373**	**4.608**
Receita com emissão de apólices	5.373	4.608
22.5 - Sinistros ocorridos	**(1.216.978)**	**(1.209.895)**
Indenizações avisadas	(1.157.911)	(1.195.554)
Serviços de assistência	(92.706)	(100.738)
Salvados	96.956	100.749
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(16.195)	14.027
Recuperação de sinistros	6.585	4.019
Ressarcimentos	10.026	8.416
Variação das despesas relacionadas	(62.842)	(39.746)
Outros	(891)	(1.068)
22.6 - Custo de aquisição	**(525.314)**	**(492.352)**
Comissões sobre prêmios retidos	(462.628)	(468.580)
Outras despesas de comercialização	(45.031)	(46.817)
Recuperação de comissões (cedido)	4.000	2.514
Variação do custo de aquisição diferido	(21.655)	20.531
22.7 - Outras receitas e despesas operacionais	**(48.980)**	**(40.257)**
Outras despesas operacionais	**(50.441)**	**(44.751)**
Despesas com cobrança	(9.848)	(12.802)
Despesas com encargos sociais	(3.197)	(4.109)
Redução ao valor recuperável para recebíveis	(4.917)	2.537
Outras despesas com operações de seguros	(32.295)	(31.351)
Despesas diversas	(184)	974
Outras receitas operacionais	**1.461**	**4.494**
Outras receitas com operações de seguro	1.461	4.209
Outras receitas DPVAT	–	285
22.8 - Resultado com resseguro	**(92.027)**	**(12.488)**
Receitas com resseguros	**54.233**	**95.438**
Indenização de sinistro	45.689	93.666
Despesa com sinistro	4.005	1.794
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(1.411)	(1.509)
Receita com participação nos lucros	86	1.487
Recuperação de sinistro catástrofe	5.864	–

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	2015	2014
Despesas com resseguros	**(146.260)**	**(107.927)**
Prêmios de resseguros - Direto	**(174.145)**	**(150.481)**
Local	(137.026)	(111.358)
Admitida	(34.172)	(36.833)
Eventual	(2.947)	(2.290)
Cosseguro aceitos	**(581)**	**(248)**
Local	(505)	(195)
Admitida	(62)	(49)
Eventual	(14)	(4)
Cancelamento de resseguro	**16.056**	**13.053**
Local	13.322	10.941
Admitida	2.729	2.096
Eventual	5	16
Restituição de resseguro	**983**	**478**
Local	755	381
Admitida	227	97
Eventual	1	–
Prêmios - Riscos vigentes e não emitidos	**348**	**(3.923)**
Local	(66)	(2.099)
Admitida	726	(1.765)
Eventual	(312)	(58)
Variação da despesa de resseguro	**11.607**	**32.711**
Local	4.704	25.208
Admitida	6.995	7.360
Eventual	(92)	143
Salvados	**(2.138)**	**(326)**
Local	(2.138)	(354)
Admitida	–	28
Comissões diferidas	**(1.524)**	**(2.740)**
Local	(435)	(1.676)
Admitida	(1.103)	(1.040)
Eventual	14	(24)
Provisões de riscos	**(1)**	**(27)**
Local	(1)	(14)
Admitida	–	(13)
Outras provisões - Comissão escalonada	**3.876**	**–**
Local	3.876	–
Outras provisões - POR/RVNE	**(741)**	**3.577**
PPNG Resseguro RVNE Lcl	(316)	2.228
PPNG Resseguro RVNE Ad	(638)	1.315
PPNG Resseguro RVNE Ev	213	34
22.9 - Despesas administrativas	**(361.721)**	**(315.673)**
Despesas com pessoal próprio	(194.121)	(154.963)
Despesas com serviços de terceiros	(101.113)	(92.163)
Despesas com localização e funcionamento	(26.127)	(34.777)
Despesas com publicidade e propaganda	(6.017)	(6.256)
Despesas com publicações	(391)	(310)
Despesas com donativos e contribuições	(200)	(155)
Depreciação e amortização	(25.896)	(19.571)
Outras despesas administrativas	(4.416)	(3.396)
Despesas administrativas do convênio DPVAT	(3.440)	(4.082)
22.10 - Despesas com tributos	**(53.882)**	**(47.192)**
Cofins	(35.135)	(36.128)
PIS/Pasep	(5.709)	(6.101)
Outros	(10.531)	(1.875)
Impostos Municipais	(1.422)	(2.783)
Contribuição Sindical	(847)	(248)
Impostos Estaduais	(238)	(57)
22.11 - Resultado financeiro	**178.686**	**135.423**
Receitas financeiras	**227.690**	**181.922**
Rendimento com aplicações financeiras	**159.967**	**127.157**
Rendimentos disponíveis para venda		
Rendimentos Quotas e Fundos de Investimento	25.232	24.932
Receitas com títulos de renda fixa privados	25.079	11.345
Receitas com títulos de renda fixa públicos	109.656	90.880
Ajuste TVM - aplicações ao valor justo por meio do resultado	**1**	**242**
Receitas com ações	**64**	**4.702**
Receitas financeiras com operações de seguros	**38.852**	**30.805**
Outras	**28.806**	**19.016**
Receitas com créditos tributários	5.977	1.534
Receitas financeiras contingência DPVAT	679	410
Receitas com atualização de depósitos judiciais	12.876	9.414
Outros	9.274	7.658
Despesas financeiras	**(49.002)**	**(46.499)**
Despesas com títulos de renda variável	–	(15)
Despesas financeiras com renda fixa	(298)	(240)
Despesas financeiras com operações de seguros	**(38.600)**	**(34.253)**
Juros	(9.503)	(7.447)
Oscilação cambial	1.530	(609)
Outras despesas	(13.246)	(10.000)
Provisão de sinistros a liquidar	(20.142)	(20.504)
Cosseguro cedido	(251)	107
Resseguro cedido	3.064	4.234
DPVAT	(52)	(34)
Outras	**(10.104)**	**(11.991)**
Despesas com outros empréstimos	(423)	(209)
Despesas financeiras de encargos sobre tributos	(4.156)	(2.840)
Despesas com impostos e contribuições sobre transações financeiras	(468)	(685)
Despesas financeiras eventuais	(5.057)	(8.257)
22.12 - Resultado patrimonial	**943**	**11.308**
Receitas com imóveis de renda	1.653	2.279
Despesas com imóveis destinados à renda ou venda	–	(218)
Equivalência patrimonial	5.268	4.916
Amortização Price Purchase Allocation - PPA	(6.128)	(3.575)
Outros investimentos	150	7.906
22.13 - Ganhos e perdas com ativos não correntes	**2.019**	**93**
Resultado na alienação de bens do ativo permanente	2.015	115
Resultado em outras operações - outras receitas não correntes	4	(22)

23. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2015		2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos e participações	58.984	58.984	(19.298)	19.298
Ajustes temporários	7.202	7.202	(1.991)	(1.991)
Provisões judiciais	321	321	13.508	13.508
Ajuste ao valor recuperável	2.896	2.896	879	879
Ajuste ao valor de mercado de TVM	1.319	1.319	(242)	(242)
Provisões com funcionários	3.118	3.118	(556)	(556)
Outros ajustes temporários	(452)	(452)	(15.580)	(15.580)
Ajustes permanentes	(37.229)	(37.229)	(25.420)	(25.420)
Ajustes de equivalência patrimonial	5.268	5.268	(4.916)	(4.916)
Outros ajustes permanentes	(42.497)	(42.497)	(20.504)	(20.504)
Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	28.957	28.957	(8.113)	(8.113)
(–) Compensação de prejuízo fiscal e base negativa CSLL	(8.687)	(8.687)	–	–
Base de cálculo após compensação	20.270	20.270	–	–
Imposto de renda e contribuição social	(5.273)	(3.040)	–	–
Complemento do imposto de renda e contribuição social	(1.942)	(707)	–	–
Incentivo fiscal	229	–	–	–
Tributos diferidos sobre ajuste ao valor de mercado de TVM	330	263	60	36
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.800	8.444	(437)	(262)
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal em IRPJ e base negativa na CSLL	–	–	2.028	1.218
Outros ajustes	(3.540)	(1.814)	382	4
Total de imposto de renda e contribuição social	**(8.396)**	**3.146**	**2.033**	**996**
	(14,23)%	5,33%	10,53%	(5,16)%

24. Partes relacionadas: Partes relacionadas à Companhia foram definidas pela Administração como sendo os seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnicos CPC n° 5. As principais transações envolvendo partes relacionadas estão descritas a seguir: ***24.1 Yasuda Marítima Saúde Seguros S.A. (Controlada):*** **i.** A Companhia compartilha com sua controlada certos componentes da estrutura administrativa e operacional. O critério para o rateio das despesas administrativas compartilhadas foi definido com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos em contrato entre as partes. Os montantes de recuperação de despesas administrativas de sua controlada somaram em 2015 R$ 9.268 (R$ 9.700 em 2014). **ii.** Os funcionários da Companhia contam com seguro saúde contratado junto à sua controlada, cujos custos são assumidos pela Companhia é líquido de coparticipação. O total de prêmios em 2015 foram de R$ 10.728 (R$ 10.188 em 2014). **iii.** Os funcionários da Controlada contam com seguro de vida contratado junto à Companhia. O total de prêmios durante 2015 somaram R$ 18 (R$ 27 em 2014). ***24.2 Outras partes relacionadas:*** **i.** As remunerações, indenizações, encargos e benefícios pagos aos Administradores ativos e inativos totalizaram R$ 3.133 (R$ 3.134 em 2014) e R$ 287 ao seguro saúde dos administradores (R$ 246 em 2014). **ii.** Membros da Administração da Companhia são fiadores nos contratos de locação de imóveis da Companhia e também de sua controlada. **iii.** A Companhia mantém operações com empresas ligadas, bem como empresas ligadas a membros do Conselho de Administração e membros da Diretoria Executiva que se referem, principalmente, à cotação de seguros, comissões e corretagens sobre vendas de seguros, prestação de serviços de vistoria prévia e regulação de sinistros, cujos valores estão registrados nas rubricas: "Outras despesas operacionais", "Custos de aquisição diferidos" e "Despesas administrativas". **iv.** A Companhia utiliza os serviços de corretagem da CSO Corretora de Seguros, que são ligadas a membro da Diretoria e Conselho de Administração, respectivamente. **v.** Diretor Executivo Farid Eid Filho, admitido em 01/07/15, figurava anteriormente como sócio da Corretora MGM Brokers Brasil. **vi.** Os saldos e valores das transações com partes relacionadas estão resumidos no quadro abaixo:

Partes Relacionadas		
Ativo	**2015**	**2014**
Controlada		
Yasuda Marítima Saúde Seguros S.A	**1.402**	**1376**
Reembolso de despesa administrativa a receber	1.402	1.376
Total do Ativo	**1.402**	**1.376**
Passivo		
Controlada		
Vistomar Serviço de Vistoria Ltda.	**1**	**3**
Serviço de vistoria	1	3
Total do Passivo	**1**	**3**

	Receitas		Despesas	
Demonstração do Resultado	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
Controlada				
Yasuda Marítima Saúde Seguros S.A	**18.053**	**17.757**	**(10.728)**	**(10.188)**
Recuperação de despesas administrativas	18.020	17.740	–	–
Prêmios - Seguros Saúde	–	–	(10.728)	(10.188)
Prêmio - Seguros Vida	33	17	–	–
Despesa com aluguel	–	–	–	–
Vistomar Serviço de Vistoria Ltda.	–	–	**(775)**	**(789)**
Serviço de vistoria	–	–	(775)	(789)
Ligadas				
CSO Corretora de Seguros S/C Ltda.	–	**–**	**(286)**	**(289)**
Serviços de corretagens	–	–	(286)	(289)
Total Resultado	**18.053**	**17.757**	**(11.789)**	**(11.266)**

25. Gestão de risco: A Companhia, no curso normal de suas atividades, está exposta a riscos, em especial, riscos de seguro, operacional, de crédito, de liquidez, de mercado e de capital, que podem afetar, com maior ou menor grau, o seus objetivos estratégicos e financeiros. A finalidade deste item da nota explicativa é apresentar informações gerais sobre as exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. ***Estrutura de Gerenciamento de Riscos:*** A estrutura de gerenciamento de riscos visa o cumprimento e adequações às normas internas e externas, dispondo de mecanismos que mitiguem os riscos da Companhia. É empregada com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócio no planejamento das atividades. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Administração a Companhia instituiu o Comitê de Controle Interno como órgão de apoio vinculado a Diretoria Executiva, no âmbito da estrutura de governança corporativa da Companhia. A Diretoria Executiva tem atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos, tais como, a gestão do processo de prevenção e combate a lavagem de dinheiro e a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética. ***Risco Operacional:*** O gerenciamento do risco operacional é realizado pela Área de Gestão de Riscos, *Compliance* e Controles Internos visando a mitigação dos riscos de perdas financeiras decorrente de falhas, ineficiência ou inadequação dos processos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A partir da avaliação dos principais riscos e do monitoramento da conformidade são elaborados planos de ação específicos. Na mensuração qualitativa do risco operacional a Companhia aplica a metodologia "*Control Self Assessment*", com intuito de avaliar aspectos relativos a controles, processos, riscos e cumprimento de objetivos por meio de ciclos anuais. ***Risco de Crédito:*** O risco de crédito é analisado de forma a garantir que não tenha risco junto aos resseguradores em honrar seus compromissos futuros, que não haja perdas financeiras por contas das aplicações, ocorre em todas as negociações em que o resultado depende da capacidade de pagamento de uma contraparte, de um emissor ou tomador. ***Risco de Subscrição:*** É o Risco advindo de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da sociedade no momento da elaboração de sua política de subscrição e/ou as incertezas existentes na estimação das provisões. O cálculo deste risco é efetuado de forma a garantir que não haja risco na colocação de apólices em que o prêmio cobrado seja insuficiente para cobrir os passivos futuros e que sejam efetuadas as provisões de acordo com estimativas adequadas. **Todos os riscos citados acima, são calculados mensalmente.** ***25.1 Gestão do risco de seguro:*** O risco de seguro é o risco transferido do segurado para a seguradora, por conta da probabilidade de ocorrência de uma evento incerto e aleatório e que será indenizado em caso de sinistro. A Yasuda Marítima observa se há acúmulo de riscos junto aos segurados e, caso haja, é verificada a necessidade de se obter resseguro para minimizá-lo. A Companhia utiliza estratégias de verificação de diversificação de riscos e programas de resseguro com resseguradoras que possuam rating de risco de crédito satisfatório, que indica probabilidade de ruína minimizado. Para a minimização da volatilidade do risco, é efetuada a diversificação de risco, analisado o tipo do risco, observada a não concentração dos riscos nas diversas regiões e controlada a qualidade do risco a ser segurado. Os principais seguimentos na gestão de riscos de seguros estão divididos da seguinte forma: **(i)** Automóvel: Convencional, fracionado ou não; auto luxo, valores acima da média; **(ii)** *Affinity:* Seguros simples e massificados; **(iii)** Transportes: Nacional e internacional; **(iv)** Demais Seguros de danos: Massificados, especiais ou grandes riscos; **(v)** Pessoas: Vida Individual e Vida Coletivo; A análise do risco de seguro é efetuada constantemente, com a avaliação dos limites de retenção, da cessão do resseguro, controle e análise das provisões técnicas e constituídos os capitais necessários de acordo com a legislação. Também avaliadas as principais carteiras que contenham um número de segurados adequados para aplicação de metodologias específicas e que traduzirão na indicação de um resultado coerente e adequado.

2015 e 2014

Segmentos	**Prêmios de Seguros 12/2015**	**Prêmios de Seguros 12/2014**	**Parcela Ressegurada 12/2015**	**Parcela Ressegurada 12/2014**	**Prêmios Retidos 12/2015**	**Prêmios Retidos 12/2014**	**Prêmios Retidos % 12/2015**	**Prêmios Retidos % 12/2014**
Automóvel	**878.182**	**992.162**	**(2.240)**	**(454)**	**875.942**	**991.708**	**44,07%**	**50,99%**
Demais ramos elementares	**988.308**	**899.953**	**(140.532)**	**(151.959)**	**847.776**	**747.994**	**42,67%**	**38,46%**
Patrimonial	695.498	660.885	(125.775)	(131.653)	569.723	529.232	28,67%	27,21%
Rural	68.201	83.283	(893)	(1.327)	67.308	81.956	3,39%	4,21%
Responsabilidades	57.444	56.619	(3.469)	(3.571)	53.975	53.048	2,72%	2,73%
Transportes	155.608	89.196	(6.735)	(12.250)	148.873	76.946	7,49%	3,96%
Outros	11.557	9.970	(3.660)	(3.158)	7.897	6.812	0,40%	0,35%
Pessoas	**174.442**	**129.687**	**(3.488)**	**(6.053)**	**170.954**	**123.634**	**8,60%**	**6,36%**
Vida coletivo	151.457	111.854	(3.036)	(5.200)	148.421	106.654	7,47%	4,98%
Vida individual	22.985	17.833	(452)	(853)	22.533	16.980	1,13%	0,87%
Subtotal	**2.040.932**	**2.021.802**	**(146.260)**	**(158.466)**	**1.894.672**	**1.863.336**	**95,34%**	**95,81%**
DPVAT	92.772	81.511	–	–	92.772	81.511	4,66%	4,19%
Total	**2.133.704**	**2.103.313**	**(146.260)**	**(158.466)**	**1.987.444**	**1.944.847**	**100,00%**	**100,00%**

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	2015			
Unidade Federativa	**Automóvel**	**Demais ramos elementares**	**Pessoas**	**Total**
São Paulo	604.894	435.257	78.737	1.118.888
Paraná	51.073	120.023	15.939	187.035
Rio Grande do Sul	39.804	109.998	23.740	173.542
Minas Gerais	65.360	67.295	16.520	149.175
Rio de Janeiro	27.489	87.854	20.051	135.394
Santa Catarina	26.840	66.303	11.505	104.648
Goiás	10.620	20.938	3.094	34.652
Ceará	7.603	11.315	829	19.747
Brasília - DF	10.099	5.047	579	15.725
Pernambuco	8.703	7.453	377	16.533
Demais	25.697	56.825	3.071	85.593
Subtotal	**878.182**	**988.308**	**174.442**	**2.040.932**
DPVAT				**92.772**
Total				**2.133.704**

25.2 Análise de sensibilidade da sinistralidade da Companhia: A Companhia efetua análise de sensibilidade da sinistralidade considerando cenários otimista e pessimista, com base na sinistralidade histórica da Companhia. Esse estudo é submetido à apreciação da Administração no mínimo semestralmente, para determinação das diretrizes e ajustes nos planos de negócios, quando aplicável. O quadro abaixo demonstra os impactos de uma piora e/ou melhora no índice de sinistralidade da Companhia:

	2015				
	Piora de -15 p.p.s	**Piora de - 5 p.p.s**	**Cenário base (valores reais)**	**Melhora de + 5 p.p.s**	**Melhora de + 15 p.p.s**
Prêmios ganhos	2.195.309	2.195.309	2.195.309	2.195.309	2.195.309
Sinistros ocorridos	(1.546.274)	(1.326.743)	(1.216.978)	(1.107.212)	(997.447)
Índice de sinistralidade	(65,44)%	(60,44)%	(55,44)%	(50,44)%	(45,44)%
Impacto bruto	(329.296)	(109.765)	–	109.765	329.296
Impacto líquido de impostos	(197.578)	(65.859)	–	65.859	197.578

	2015			Indices - %	
Composição por segmento	**Prêmios ganhos**	**Sinistros ocorridos**	**Custo de aquisição**	**Sinistralidade**	**Comissionamento**
Automóvel	**945.594**	**(613.473)**	**(191.582)**	**64,88%**	**20,26%**
Demais ramos elementares	**1.077.307**	**(519.837)**	**(279.544)**	**48,25%**	**25,95%**
Patrimonial	702.227	(296.441)	(204.567)	42,21%	29,13%
DPVAT	92.621	(79.121)	(1.311)	85,42%	1,42%
Responsabilidades	56.810	(17.401)	(14.418)	30,63%	25,38%
Transportes	138.929	(85.059)	(28.307)	61,22%	20,38%
Rural	73.949	(38.741)	(20.197)	52,39%	27,31%
Outros	12.771	(3.074)	(10.744)	24,07%	84,13%
Pessoas	**172.408**	**(83.668)**	**(54.188)**	**48,53%**	**31,43%**
Vida coletivo	150.710	(77.922)	(49.319)	51,70%	32,72%
Vida individual	21.698	(5.746)	(4.869)	26,48%	22,44%
Total	**2.195.309**	**(1.216.978)**	**(525.314)**	**55,44%**	**23,93%**

25.3 Gestão de riscos financeiros: Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Companhia utiliza uma abordagem de gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos financeiros. Consideram-se também os requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente macroeconômico. Os métodos desse gerenciamento de ativos e passivos avaliam o desempenho das carteiras de ativos e o horizonte de liquidação das obrigações originadas de contratos de seguros e passivos financeiros em curto e longo prazos. As análises são realizadas levando em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros. A Administração utiliza esses resultados no processo de decisão, planejamento e também para identificação de riscos financeiros específicos originados de certos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. Os resultados são reportados mensalmente para o Comitê de Investimentos que avalia a exposição ao risco. **25.3.1 Gestão de Risco de Liquidez:** O risco de liquidez é o risco de que os recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando exigidas. Consequentemente, a gestão de risco de liquidez não possui tolerância ou limites para risco de liquidez mantendo o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e passivos financeiros em seus vencimentos. A gestão de risco de liquidez leva em consideração a necessidade de recursos de caixa e controles internos operacionais eficientes e dinâmicos para honrar os compromissos assumidos. A gestão de risco de liquidez considera como parte essencial do ciclo operacional a coleta dos prêmios de todos os contratos emitidos para reinvestimento destes recursos em conjunto com a gestão de capital. A ferramenta utilizada pela Companhia para avaliação do risco de liquidez é a gestão do fluxo de caixa operacional, considerando o casamento dos ativos e passivos no curto e longo prazos. A administração avalia periodicamente o resultado desse estudo e realinha sua estratégia de investimentos quando necessário. Os passivos de seguros estão alocados no tempo segundo a melhor expectativa quanto à data de liquidação destas obrigações, levando em consideração o histórico de liquidação de sinistros passados e período de expiração do risco dos contratos de seguro. A gestão de riscos de liquidez tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para garantir que riscos significativos originados de grupos individuais de emissores não venham a impactar os resultados de forma adversa. A Companhia possui passivos financeiros com taxas de juros pós-fixadas cujo montante de principal e juros são alterados conforme oscilações de certos índices financeiros. Determinados contratos com fornecedores de serviços e outros tipos de fornecimento são atualizados periodicamente por índices de inflação ou índices gerais de preços ao consumidor. O risco de taxa de juros é inversamente correlacionado às mudanças nas taxas de juros de mercado para os ativos financeiros com taxas pré-fixadas. Consequentemente, caso as taxas de juros sejam reduzidas em períodos futuros o valor justo destes ativos tende a subir e vice-versa. A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado e verifica-se que, em sua totalidade, a Companhia possui ativos financeiros suficientes para arcar com suas obrigações.

Fluxo de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2015

	0 - 3 meses	**3 - 6 meses**	**6 - 9 meses**	**9 - 12 meses**	**1 - 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Sem vencimento determinado**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	**25.025**	–	–	–	–	–	–	**25.025**
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	**170.941**	**–**	**–**	**–**	**1.533**	**–**	**–**	**172.474**
Título de renda fixa público	–	–	–	–	1.533	–	–	1.533
Título de renda fixa privado	170.941	–	–	–	–	–	–	170.941
Ativos financeiros disponíveis para a venda	**28.020**	**23.114**	**144.980**	**244.817**	**581.997**	**31.856**	**–**	**1.054.784**
Título de renda fixa público	–	–	82.503	191.259	548.660	31.856	–	854.278
Título de renda fixa privado	28.020	23.114	62.477	53.558	33.337	–	–	200.506
Créditos das operações com seguros e resseguros	**539.988**	**88.318**	**33.649**	**10.549**	**–**	**–**	**–**	**672.504**
Prêmios a receber de segurado - a decorrer	407.165	87.654	32.553	8.442	–	–	–	535.814
Prêmios a receber de segurado - decorridos	30.745	664	1.096	2.107	–	–	–	34.612
Operações com segurados	16.407	–	–	–	–	–	–	16.407
Operações com resseguradoras	48.511	–	–	–	–	–	–	48.511
Outros créditos operacionais	37.160	–	–	–	–	–	–	37.160
Títulos e créditos a receber	**12.177**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**185.027**	**197.204**
Títulos e créditos a receber	8.070	–	–	–	–	–	–	8.070
Outros créditos	4.107	–	–	–	–	–	–	4.107
Depósitos judiciais e fiscais	–	–	–	–	–	–	185.027	185.027
Outros valores e bens	**2.924**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**13.125**	**16.049**
Bens à venda	–	–	–	–	–	–	13.125	13.125
Outros valores e bens	2.924	–	–	–	–	–	–	2.924
Ativos de resseguro - Provisões técnicas	**–**	**69.090**	**31.486**	**17.528**	**45.732**	**47.188**	**–**	**211.024**
Total dos ativos financeiros	**779.075**	**180.522**	**210.115**	**272.894**	**629.262**	**79.044**	**198.152**	**2.349.064**
Provisões técnicas	**944.503**	**222.991**	**111.024**	**62.664**	**122.007**	**147.338**	**–**	**1.610.527**
Passivos financeiros	**317.882**	**11.405**	**6.519**	**3.028**	**16.229**	**–**	**174.507**	**529.569**
Contas a pagar	**112.941**	**22**	**13**	**–**	**16.229**	**–**	**–**	**129.205**
Obrigações por arrendamento mercantil	22	22	13	–	–	–	–	57
Impostos e encargos sociais a recolher	61.006	–	–	–	–	–	–	61.006
Outras contas a pagar	51.413	–	–	–	16.229	–	–	68.142
Débitos das operações com seguros e resseguros	**204.941**	**11.383**	**6.505**	**3.028**	**–**	**–**	**174.507**	**400.364**
Operações com resseguradoras	75.266	11.383	6.505	3.028	–	–	16.317	112.499
Corretores de seguro e resseguro	112.946	–	–	–	–	–	–	112.946
Outros débitos	16.729	–	–	–	–	–	158.190	174.919
Total dos passivos financeiros	**1.262.385**	**234.396**	**117.543**	**65.692**	**138.236**	**147.338**	**174.507**	**2.140.096**

25.3.2 Gestão de risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte do contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Companhia. A Companhia monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros que de forma individual e coletiva, compartilham riscos similares e levam em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Os ativos financeiros são investidos (ou reinvestidos) somente em instituições financeiras com alta qualidade de *rating* de crédito, seguindo as determinações da Política Corporativa de Investimentos Financeiros, que determina como *rating* mínimo BBB (escala nacional de longo prazo) exceto para Depósitos a Prazo com Garantia Especial. A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida (e considerada como baixa) onde em certos casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos os ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. Os ramos de riscos decorridos comercializados são: vida em grupo, garantia e transporte. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2015 distribuidos por *rating* de crédito. Foram utilizadas classificações de crédito das agencias Standard & Poor's, Moody´s e Fitch Ratings, nesta ordem, exceto títulos públicos por se tratar de risco soberano. Os ativos classificados na categoria "Sem *Rating*" compreendem substancialmente valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

	Posição em 31 de dezembro de 2015				
Ativos financeiros/Rating	**AAA**	**AA**	**A**	**Sem *rating***	**Total**
A valor justo por meio do resultado	**115.404**	**50.760**	**6.310**	**–**	**172.474**
Título de renda fixa público	1.533	–	–	–	**1.533**
Título de renda fixa privado	113.871	50.760	6.310	–	**170.941**
Disponíveis para a venda	**930.841**	**109.029**	**14.914**	**–**	**1.054.784**
Título de renda fixa público	854.278	–	–	–	**854.278**
Título de renda fixa privado	76.563	109.029	14.914	–	**200.506**
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	–	**25.025**	**25.025**
Prêmios a receber de segurados	–	–	–	**570.426**	**570.426**
Total do circulante e não circulante	**1.046.245**	**159.789**	**21.224**	**595.451**	**1.822.709**

A tabela a seguir apresenta o total de ativos financeiros agrupados por classe de ativos e divididos entre ativos deteriorados (*impaired*) e ativos vencidos e não vencidos não classificados como deteriorados.

	Posição em 31 de dezembro de 2015						
		Ativos vencidos					
	Ativos não vencidos e não deteriorados	**0 a 3 meses**	**3 a 6 meses**	**6 a 12 meses**	**acima de 1 ano**	**Provisão para perda**	**Saldo contábil 31/12/2015**
Valor justo por meio do resultado	**172.474**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**172.474**
Título de renda fixa público	1.533	–	–	–	–	–	1.533
Título de renda fixa privado	170.941	–	–	–	–	–	170.941
Disponíveis para a venda	**1.054.784**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.054.784**
Título de renda fixa público	854.278	–	–	–	–	–	854.278
Título de renda fixa privado	200.506	–	–	–	–	–	200.506
Empréstimos e recebíveis	**535.816**	**34.340**	**1.734**	**4.114**	**5.463**	**(11.041)**	**570.426**
Prêmios a receber de segurados	535.816	34.340	1.734	4.114	5.463	(11.041)	**570.426**
Caixa e equivalentes de caixa	**25.025**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**25.025**
Total do circulante e não circulante	**1.788.099**	**34.340**	**1.734**	**4.114**	**5.463**	**(11.041)**	**1.822.709**

25.3.3 Gestão de risco de mercado: A Yasuda Marítima Seguros utiliza análises de sensibilidade e testes de *stress*, desenvolvidos pelo custodiante da carteira de investimentos como ferramenta de gestão de riscos de mercado. Para o cálculo do VaR (Value at Risk), a Companhia utiliza como limite 0,5 ao dia, com 99% de nível de confiança. Para a posição de 31 de dezembro de 2015, a perda máxima potencial é de 0,03% do valor total da carteira de investimentos. A Gestão de investimentos da Companhia faz acompanhamento diário da volatilidade da carteira e havendo um momento de *stress* que atinja negativamente o valor dos ativos e/ou o Patrimônio líquido da Companhia, convoca o comitê de Investimentos para exposição da situação e sugestão de eliminação ou mitigação do risco existente. A tabela a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos mercado sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e os disponíveis para venda levando em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis, e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio da Companhia. O impacto apresentado é uma combinação das variáveis taxa de juros, inflação e Ibovespa.

		Impacto estimado para os próximos 12 meses calculados em 31 de dezembro de 2015	
Classes	**Premissas 2015/2016**	**Resultados abrangentes ***	**Resultado do exercício**
Letra financeira (IPCA) pós	Aumento de 1 p.p. da inflação	(320)	325
Letra financeira (CDI) pós	Aumento de 200 bps na Taxa de Juros	1	1.414
Letras do Tesouro Nacional (LTN) pré	Aumento de 200 bps na Taxa de Juros	(3.633)	–
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) pós	Aumento de 200 bps na Taxa de Juros	(8)	7.652
CDB (CDI) pós	Aumento de 200 bps na Taxa de Juros	(11)	2.018
Fundos de renda fixa (CDI) pós	Aumento de 200 bps na Taxa de Juros	–	1.125
Fundos DPVAT (CDI) pós	Aumento de 200 bps na Taxa de Juros	–	2.267
Total		**(3.971)**	**14.801**

Análise de sensibilidade para riscos financeiros.:

		Impacto estimado para os próximos 12 meses calculados em 31 de dezembro de 2015	
Classes	**Premissas 2015/2016**	**Resultados abrangentes**	**Resultado do exercício**
Letra financeira (IPCA) pós	Diminuição de 1 p.p. da inflação	530	(322)
Letra financeira (CDI) pós	Diminuição de 200 bps na Taxa de Juros	(1)	(1.414)
Letras do Tesouro Nacional (LTN) pré	Diminuição de 200 bps na Taxa de Juros	1.863	–
Letras Financeiras do tesouro (LFT) pós	Diminuição de 200 bps na Taxa de Juros	8	(7.653)
CDB pós (CDI) pós	Diminuição de 200 bps na Taxa de Juros	11	(2.018)
Fundos de renda fixa (CDI) pós	Diminuição de 200 bps na Taxa de Juros	–	(1.125)
Fundos DPVAT (CDI) pós	Diminuição de 200 bps na Taxa de Juros	–	(2.267)
Total		**2.411**	**(14.799)**

(*) Relativo apenas a ativos financeiros classificados na categoria "disponível para venda"; (**) Expectativa de inflação de 6,87% para 2016, conforme estimativas divulgadas pelo BACEN (Focus). Para o cálculo foi utilizada uma variação positiva e negativa de 1 p.p.

25.4 Gestão de risco de capital: Para funcionamento de uma seguradora é obrigatório o cálculo e apropriação do Capital Mínimo Requerido (CMR), que determina o valor a ser apropriado para a manutenção da solvência da Companhia. O CMR é composto por 4 riscos: subscrição, crédito, operacional e mercado sendo este último ainda não obrigatória a sua alocação até o ano de 2015. De acordo com parágrafo 4º do artigo 50 da Resolução CNSP nº 321/2015, o montante efetivamente exigido do capital de risco baseado no risco de mercado corresponderá a 0% até 30/12/2016; 50% entre 31/12/2016 e 30/12/2017; e 100% a partir de 31/12/2017, não havendo impactos para a Companhia para esta demonstração financeira. Os capitais são calculados individualmente e mensalmente, de acordo com metodologia adotada na legislação vigente, deduzindo a correlação entre os riscos de subscrição e crédito. Atualmente para se verificar a suficiência do CMR, este é comparado ao Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), sendo que se o PLA for maior que o CMR, a seguradora estará com suficiência. A tabela apresentada a seguir demonstra os valores que compõe o Capital Mínimo Requerido em 31 de dezembro de 2015:

	2015	**2014**
Patrimônio líquido contábil	**1.075.076**	**1.019.515**
(–) Participação direta e indireta	(200.557)	(201.501)
(–) Despesas antecipadas	(26.705)	(4.000)
(–) Créditos tributários e prejuízos fiscais	(24.490)	(25.982)
(–) Ativos intangíveis	(263.490)	(221.224)
(–) Obras de arte	(13)	(13)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**559.821**	**566.795**
Capital adicional baseado no risco de subscrição	365.268	398.763
Capital adicional baseado no risco de crédito	48.472	50.663
Correlação	(21.980)	(23.068)
Capital de risco operacional	14.035	15.701
Soma do capital base com capital adicional	**405.795**	**442.059**
Suficiência de capital (PLA - CMR)	**154.026**	**124.736**
Suficiência de ativos garantidores	127.091	126.616
(–) 20% do Capital Mínimo Requerido (CRM)	(81.159)	(88.412)
(=) Liquidez em relação ao CRM	**45.932**	**38.204**

26. Benefícios a Empregados: A Companhia oferece a seus colaboradores plano de Previdência Complementar, através da Yasuda Sociedade de Assistência e Previdência Complementar, entidade fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos.

	Plano I		Plano II		Plano III	
	31/12/2015	**31/12/2014**	**31/12/2015**	**31/12/2014**	**31/12/2015**	**30/12/2014**
Taxa de desconto	**13,23%**	11,94%	**13,23%**	11,94%	**13,23%**	11,94%
Taxa esperada de retorno dos ativos do plano nominal	**13,23%**	11,94%	**13,23%**	11,94%	**13,23%**	11,94%
Taxa de inflação	**5,50%**	5,50%	**5,50%**	5,50%	**5,50%**	5,50%

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Reconciliação do valor das obrigações atuariais

	Plano I		Plano II		Plano III	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Valor das obrigações no início do período	**20.838**	19.613	**2.293**	4.646	**25.503**	26.200
Custo do serviço corrente	**–**	–	**124**	293	**–**	–
Juros sobre obrigação atuarial	**2.369**	2.293	**268**	555	**2.919**	3.073
Benefícios pagos no exercício	**(2.047)**	(1.916)	**(93)**	(224)	**(2.862)**	(2.136)
Efeito de migração	**–**	–	**–**	(3.550)	**–**	(2.993)
Ganho/(Perda) atuarial das obrigações	**(1.515)**	848	**(778)**	573	**5.928**	1.359
Obrigações no final do exercício	**19.645**	20.838	**1.814**	2.293	**31.488**	25.503

Reconciliação do valor justo dos ativos

	Plano I		Plano II		Plano III	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Valor justo dos ativos no início do ano	**20.630**	19.629	**9.328**	9.913	**25.473**	26.247
Rendimento esperado no ano	**2.345**	2.295	**1.117**	1.218	**2.915**	3.080
Contribuições da patrocinadora no exercício	**–**	–	**38**	382	**–**	–
Benefícios pagos no exercício	**(2.047)**	(1.916)	**(93)**	(224)	**(2.862)**	(2.137)
Efeito de migração	**–**	–	**–**	(2.193)	**–**	(3.093)
Ganho/(Perda) atuarial das obrigações	**1.127**	623	**482**	232	**8.106**	1.376
Valor justo dos ativos	**22.055**	20.631	**10.872**	9.328	**33.632**	25.473

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço

	Plano I		Plano II		Plano III	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	**19.645**	20.838	**1.814**	2.292	**31.488**	25.503
Valor justo dos ativos do plano	**(22.055)**	(20.630)	**(10.872)**	(9.328)	**(33.632)**	(25.473)
(Superávit)/Déficit do plano	**(2.410)**	208	**(9.059)**	(7.036)	**(2.143)**	30
(Ganho)/Perda atuarial líquida	**–**	–	**–**	–	**–**	–
(Ativo)/Passivo atuarial líquido	**(2.410)**	208	**(9.059)**	(7.036)	**(2.143)**	30
Efeito do limite do parágrafo (58b)	**2.410**	–	**362**	–	**2.143**	–
(Ativo/passivo atuarial líquido)	**–**	208	**(8.697)**	7.036	**–**	30

Componente da (receita)/despesa reconhecida no resultado

	Plano I		Plano II		Plano III	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Custos do serviço corrente	**–**	–	**124**	293	–	–
Juros sobre a obrigação atuarial	**2.370**	2.293	**268**	555	**2.918**	3.074
Rendimento esperado no ano	**(2.345)**	(2.295)	**(1.117)**	(1.218)	**(2.914)**	(3.080)
Juros sobre Asset Ceilling	**319**	–	**840**	645	**–**	6
Contribuições da patrocinadora no exercício	**–**	–	**(38)**	(382)	**–**	–
Efeitos da migração	**–**	–	**–**	(1.356)	**–**	(100)
(Receita)/Despesa reconhecida no resultado do exercício	**344**	(2)	**77**	(1.463)	**4**	(100)

Conselho de Administração

Hiroaki Kawabe - Presidente
Junichi Tanaka
Atsushi Yasuda
Francisco Caiuby Vidigal Filho
Besim Ergün
Arlindo da Conceição Simões Filho

Diretoria

Francisco Caiuby Vidigal Filho - Diretor Presidente
Sven Robert Will - Diretor Executivo
Mário Jorge Pereira - Diretor Executivo
Farid Eid Filho - Diretor Executivo
Adailton Oliveira Dias - Diretor Executivo

Contador

Ivan Fernando dos Santos - CRC SP269845/O-8

Atuário

Duarte Marinho Vieira - MIBA 1112

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Ilmos. Srs.
Membros do Conselho de Administração da
Yasuda Marítima Seguros S.A.
São Paulo, SP

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Yasuda Marítima Seguros S.A. ("Seguradora" ou "Companhia") - nova denominação social da Marítima Seguros S.A. - funciona em consonância com os termos da Resolução nº 321/2015 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, com o estatuto social da Companhia e o seu regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração. Compete ao Comitê de Auditoria apoiar a Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis as atividades da Companhia.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias analises decorrentes de observação direta.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno. Essas atividades incluíram: **(i)** entrevistas com a alta administração e com os gestores; **(ii)** acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das duas demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de *compliance*; **(iii)** avaliação do escopo dos trabalhos e desempenho da auditoria interna; **(iv)** avaliação do escopo, desempenho e independência dos auditores independentes; e **(v)** avaliação da estrutura e funcionamento dos sistemas de controles internos, *compliance* e de gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê também manteve reuniões regulares com o Diretor Presidente e outros membros da diretoria da Yasuda Marítima. Nessas oportunidades, o Comitê apresentou comentários e sugestões para o aprimoramento dos controles internos e da gestão de riscos, incluindo, principalmente melhorias nas áreas de segurança de informação e implementação de medidas visando reforçar a identificação e monitoramento de riscos.

Conclusão

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda a aprovação, pelo Conselho de Administração, das demonstrações financeiras da Yasuda Marítima Seguros S.A. correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2015.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2016

José Rubens Alonso – Coordenador do Comitê de Auditoria
Leopoldo Guimarães Barros – Membro do Comitê de Auditoria
Moysés Leme – Membro do Comitê de Auditoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais - Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da,
Yasuda Marítima Seguros S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Yasuda Marítima Seguros S.A ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas financeiras e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Yasuda Marítima Seguros S.A em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2016.

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-1SP198827/O-3

Parecer dos Atuários Auditores Independentes - Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Aos Acionistas e Administradores da
Yasuda Marítima Seguros S.A
São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas relativas aos consórcios DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Yasuda Marítima Seguros S.A ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2015, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade em 31 de dezembro de 2015 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Nossa opinião não abrange as provisões técnicas dos consórcios DPVAT, conforme estabelecido pelas normas que definem o alcance da auditoria atuarial independente.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2016

EY Building a better working world

EY Serviços Atuariais S.S.
CNPJ 03.801.998/0001-11
CIBA 57
Ricardo Pacheco
MIBA 2.679

INSTITUTO PENSARTE

CNPJ/MF nº 02.606.758/0001-01

COMPLEMENTO AO QUADRO DE METAS TÉCNICAS DE 2015

O Instituto Pensarte, Organização Social de Cultura de acordo com o 7º aditamento do Contrato de Gestão nº 08/2011, em complemento ao Quadro de Metas Técnicas 2015, vem publicar a presente com o acréscimo do quadro abaixo, conforme publicado o Balanço Patrimonial no Diário Oficial Empresarial do Estado de SP em 18 de fevereiro de 2016. III - Prêmio Governador do Estado de São Paulo a Cultura 2015.

Prêmio Governador do Estado de São Paulo a Cultura 2015					
Nº	**Ação**	**Indicador**	**Previsão Trimestral**		**Meta Realizada**
24	**Realizar a produção do Prêmio Governador do Estado de São Paulo para a cultura 2015**	**Produção do Prêmio**	1º Trim.		
			2º Trim.		
			3º Trim.		
			4º Trim.	1	1
			Meta Anual	1	1%
			ICM% Anual	100%	100%

• Foi produzido o Prêmio Governador do Estado de São Paulo para a cultura 2015. A entrega do premio acontecerá em 2016.

SARAIVA E SICILIANO S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 61.365.284/0001-04

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores acionistas a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 04 de março de 2016, às 14h, **NA SEDE DA COMPANHIA LOCALIZADA NA RUA HENRIQUE SCHAUMANN, 270, 5º ANDAR, SALA C, PINHEIROS (CEP: 05413-010), SÃO PAULO-SP**, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1.** Re-ratificação do número de ações indicado no item 5.1 da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02/07/2015; e **2.** Elevação do capital social, com consequentes alterações dos artigos 5º e 6º, *caput*, do Estatuto Social. **INSTRUÇÕES GERAIS:** Os mandatos de representação na Assembleia deverão ser depositados na Presidência do Conselho de Administração, na Rua Henrique Schaumann, 270, 5º andar, São Paulo/SP, até 24 horas antes da realização da mesma.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2016.

JORGE EDUARDO SARAIVA
Presidente do Conselho de Administração

Taelinvest Participações S.A.

CNPJ Nº 08.720.630/0001-42 - NIRE 35.300.339.606

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, de 23/02/2016

Data, Hora e Local: 23/02/2016, às 10:30 horas, na sede, Avenida Paulista, nº 1728, 2º andar, São Paulo-SP. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Roberto Politi; Secretária: Miquelina Tavares da Silva. **Deliberações Aprovadas por Unanimidade: I.** Redução do capital social, no valor total de R$950.000,00, sem cancelamento de ações, por ser excessivo em relação ao objetivo social, o qual passará dos atuais R$27.353.680,95, para R$26.403.680,95, dividido em 81.318.181 ações ordinárias, com a restituição, aos acionistas, na proporção de suas participações. A redução somente se tornará eficaz após decorrido o prazo de 60 dias, da publicação desta ata; **II.** Alterar o Artigo 5º do Estatuto Social: ***Artigo 5º.*** *O Capital Social da Companhia é de R$26.403.680,95, dividido em 81.318.181 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.* **Encerramento:** Nada mais, lavrou-se a ata. São Paulo, 23/02/2016. Presidente: Roberto Politi; Secretária: Miquelina Tavares da Silva; Acionistas: Ourinvest Assessoria de Investimentos Ltda. (por Bruce Thomas Philips) e Tael Investments (Delaware) LCC (por Roberto Politi). Roberto Politi - Presidente, Miquelina Tavares da Silva - Secretária

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente